



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO (UFOP)
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (ICSA)
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Thiago Stephan Moreira

**NOVOS SUJEITOS PARA NOVAS HISTÓRIAS:
a relevância do Serviço Social na luta Trans**

Mariana
2022

Thiago Stephan Moreira

**NOVOS SUJEITOS PARA NOVAS HISTÓRIAS:
a relevância do Serviço Social na luta Trans**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Área de Concentração: Ciências Sociais

Orientadora: Professora Ma. Cibelle Dória da Cunha Bueno.

Mariana

2022

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

M838n Moreira, Thiago Stephan.

Novos sujeitos para novas histórias [manuscrito]: a relevância do Serviço Social na Luta Trans. / Thiago Stephan Moreira. - 2022.
64 f.

Orientadora: Profa. Ma. Cibelle Dória da Cunha Bueno. Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Desconstrução (Filosofia). 2. Movimentos sociais. 3. Poder (Ciências sociais). 4. Serviço social. 5. Transexualidade. I. Bueno, Cibelle Dória da Cunha. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 323.4

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa-Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Thiago Stephan Moreira

NOVOS SUJEITOS PARA NOVAS HISTÓRIAS: a relevância do Serviço Social na luta Trans

Monografia apresentada ao Curso de serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Aprovada em 15 de junho de 2022

Membros da banca

Ms. Cibelle Dória da Cunha Bueno - Orientadora (Universidade Federal de Ouro Preto)

Ms. Jussara de Cássia Soares Lopes – (Universidade Federal de Ouro Preto)

Ms. Brune Coelho Brandão – (Universidade Federal de Juiz de Fora)

Cibelle Dória da Cunha Bueno, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 04/07/2022



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Silva Tomaz, CHEFE DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**, em 05/07/2022, às 10:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0357178** e o código CRC **C964F8A9**.

Agradecimento

A verdade é que tenho muito a agradecer, tanto que nem sei expressar. Agradeço do fundo do meu coração a todas as pessoas importantes e essenciais da minha vida, minha família: os Stephan e os Moreira; minha namorada e grande companheira: Nicole Tassar; meus grandes amigos, e, principalmente, meu pai e minha mãe. Meus pais são tudo para mim e, hoje entendo, que eu também sou todo eles. Agradeço por todo amor, apoio, companheirismo e compreensão.

Este espaço, em especial, é uma homenagem a quem infelizmente não vai ver este trabalho e nem pode estar presente durante sua realização, mas que me ensinou tanto que nem imagina: meu amado pai, Luiz Antônio Costa Moreira. Meu caro, meu velho, meu melhor amigo. Faz um ano que te perdemos e é imensurável a sua falta. Você me fez e faz a cada dia ser o homem que eu sou. Com você aprendi a ser íntegro, justo, uma pessoa que está sempre disposta a ouvir o outro, companheiro e, principalmente, grato. Espero que de onde esteja sinta todo meu amor e gratidão.

Agradeço também a minha Professora e Orientadora Cibelle Dória, por ter me guiado neste importante percurso.

Pessoa “trans” é aquela que está em permanente “trans-formação”, disposta a “trans-por” todos os obstáculos. É aquela pessoa que “trans-gride” regras e padrões de conduta, “trans-mitindo” à sociedade, de forma absolutamente “trans-parente”, novas ou inexploradas possibilidades de realização. Pessoa “trans” é aquela que “trans-cende” a si mesmo, tentando expressar a pessoa que ela realmente é, em vez da pessoa que o mundo acha que ela deveria ser.

Letícia Lanz

RESUMO

Este trabalho tem como principal objetivo demonstrar a toda comunidade trans a possibilidade de construção de suas próprias histórias como protagonistas, celebrando suas lutas, características e identidades. Para isso, problematizamos as limitações das instituições sociais em lidar com as questões e demandas de pessoas que vivem o gênero para além das normas de gênero binárias. Questionamos como essas normas foram instituídas na sociedade. Foi realizada uma retrospectiva sócio-histórica da transexualidade, para entender como esses corpos foram categorizados e divididos pelas ciências biomédicas e quais são as consequências que esses discursos e práticas patologizantes causam na vida dessa população. Abordamos a principal reivindicação do Movimento de Travestis e Transexuais, a despatologização de suas identidades, e discutimos suas particularidades e demandas no contexto brasileiro. Demonstramos a necessidade dessa população em ter seus direitos políticos efetivados para além dos espaços de saúde. E, por fim, propusemos a importância de uma aliança entre o Serviço Social e os Movimentos Sociais e, em especial, com o Movimento Trans na luta pela viabilização de direitos e reconhecimento social desta comunidade, convidando os/as Assistentes Sociais a se somarem na luta por uma sociedade que assume a diversidade como bandeira de luta coletiva e que se dispõe a debater e a lutar, efetivamente, pela equidade. A metodologia para o desenvolvimento do presente estudo tomou como técnica de pesquisa a revisão bibliográfica, priorizando-se obras produzidas por intelectuais pertencentes à comunidade trans. Foi utilizado o método dialético como base de análise e compreensão do real, tendo como base o materialismo histórico dialético para compreensão teórico-conceitual do objeto, haja vista que só é possível, em nossa avaliação, a interpretação do movimento do real quando se parte da realidade como ela se expressa e como ela é vivida pelos sujeitos sociais em suas particularidades. Para a escrita do trabalho optou-se por uma forma mais coloquial, com a intenção de que o presente estudo extrapole o espaço da Academia, e possa chegar ao maior número possível de pessoas que constituem o movimento LGBTQIA + e o Movimento Trans.

Palavras-chave: Transexualidade; Poder; Despatologização; Serviço Social; Movimentos sociais.

ABSTRACT

This work has as main objective to demonstrate to all trans community the possibility of building their own stories as protagonists, celebrating their struggles, characteristics and identities. For that, it was necessary to problematize the limitations of social institutions in dealing with the issues and demands of people who live gender beyond binary gender norms. Question how these norms have been instituted in society. Make a socio-historical retrospective of transsexuality to understand how these bodies were categorized and divided by biomedical sciences and what are the consequences that these pathologizing discourses and practices cause in the lives of this population. Address the main claim of the Transvestite and Transsexual Movement, the depathologization of their identities, and discuss their particularities and demands in the Brazilian context. Demonstrate the need for this population to have their political rights enforced beyond the health care spaces. Ultimately, propose the importance of an alliance between Social Service and the Trans Movement in the struggle for the realization of rights and social recognition of this community, inviting Social Workers to join the struggle for a diverse and egalitarian society. The main basis for the discussion was the literature review, prioritizing works produced by intellectuals belonging to the trans community. The dialectical method was used, because it is only possible to obtain theoretical knowledge as a reproduction of the real movement when one starts from the real, the concrete. For the writing of the paper a more colloquial form was chosen, with the intention that it will extrapolate the space of the Academy, and may reach as many people as possible who constitute the LGBTQIA+ and the Trans Movement.

Key-words: Transsexuality; Power; Depathologization; Social Service; Social Movements.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 TRANSEXUALIDADE E SUA CONSTRUÇÃO: UM OLHAR SÓCIO-HISTÓRICO	12
1.1 Corpo e Poder	13
1.2 O que é transexualidade?	19
2 DESPATOLOGIZAÇÃO: UMA QUESTÃO POLÍTICA E DE DIREITO	23
2.1 Ciência sexual	25
2.2 <i>Transvestites</i>	28
2.3 Estado e Poder	31
3A IMPORTÂNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NA LUTA TRANS	37
3.1 Movimentos Sociais e Serviço Social	38
3.2 Movimento Trans no contexto brasileiro	43
3.3 Movimento Trans e Serviço Social	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS	63

INTRODUÇÃO

O presente trabalho nasce da trajetória e questionamentos de um homem trans, estudante de Serviço Social. Por compreender a luta e resistência de travestis, transexuais e não binários, este trabalho surge da necessidade de que essa população se torne protagonista de suas próprias histórias, sem os pesos biopsicossociais a elas impostos. É esperado que as reflexões por aqui travadas ajudem a entender a importância da diversidade, e a luta por uma sociedade que não seja estruturada em explorações e opressões.

Ao analisar os dados referentes às condições de vida da comunidade trans no território brasileiro observa-se a necessidade da garantia de direitos dessa população, assim como políticas e programas que visem sua inclusão social. Ser trans afeta várias áreas da vida de uma pessoa, chamando atenção para o alto índice de evasão escolar, a baixa inserção no mercado de trabalho e diversos processos de violência cotidianos. As instituições sociais, ao contrário de exercer seu papel como integradora na sociedade, criam e reforçam os processos de invisibilização dessa comunidade.

Levando em consideração esse quadro, acreditamos na relevância da aliança entre o Serviço Social e o Movimento trans. Visto que, a partir de seu compromisso histórico com as demandas da classe trabalhadora, os assistentes sociais, através de suas ações profissionais, devem viabilizar o acesso a direitos e serviços.

Entender a trajetória sócio histórica da transexualidade é essencial para entendermos as condições que essa população hoje vive. Neste sentido, o trabalho é estruturado em três capítulos. O Primeiro, intitulado “Transexualidade e sua construção: um olhar sócio histórico” busca problematizar as limitações das instituições e da sociedade em lidar com pessoas que vivem o gênero para além de construções sociais impostas. Abordando conceitos como gênero, corpo, identidade, poder e controle social, na intenção de entender como nossos corpos foram categorizados e separados por discursos científicos, e essas práticas de controle institucionalizadas.

No segundo capítulo, denominado como “Despatologização: uma questão política e de direito”, as discussões buscaram entender como as identidades trans foram patologizadas, e também a necessidade de ações no caminho reverso,

pautando a despatologização. Para isso, foi abordado como essas questões estão sendo discutidas atualmente dentro da ciência, do Estado e da sociedade, apontando a necessidade que ultrapassem os espaços de saúde, trazendo-as para a Assistência Social.

No terceiro capítulo “A importância do Serviço Social na luta trans”, a proposta foi de trabalhar a relevância do Assistente social no enfrentamento às discriminações sofridas por essa população. Discutindo como as ações profissionais podem auxiliar as pessoas trans a construir suas próprias trajetórias. E como o papel do Serviço Social na criação e execução de políticas sociais podem auxiliar na luta por uma sociedade diversa e sem preconceitos.

O trabalho, por fim, busca contribuir para que, parafraseando a escritora Simone de Beauvoir, nada nos defina, nem nos sujeite, a partir da embrionária proposição de uma outra perspectiva histórica para a comunidade trans, dando a essa população o protagonismo para apontar suas demandas e conflitos. E a partir disso, propor ações que retirem a população trans dos processos de invisibilização que nos foi destinada, entendendo que somente nós podemos construir nossas próprias trajetórias.

1 TRANSEXUALIDADE E SUA CONSTRUÇÃO: UM OLHAR SÓCIO-HISTÓRICO

É curioso que quando falamos sobre a transexualidade, ou qualquer conceito fora das visões binárias impostas pela lógica colonial, considera-se esse discurso como novidade ou até mesmo “invenção de moda da juventude”, quando, na verdade, sempre estivemos aqui. Foi através desse projeto colonizador e sua falsa história construída e imposta no imaginário coletivo, que toda uma população foi violentada, assassinada e apagada. No entanto, graças aos novos estudos e pensamentos, é possível avançar – ou voltar – no tempo, e reconstruir a memória coletiva da comunidade trans e afirmar: estamos aqui desde, pelo menos, 1591.

Para termos consciência de quem somos precisamos de memória, de ter conhecimento de nossa história, de onde viemos, de que a nossa população lutou, e morreu, para que tivéssemos os mínimos direitos dos quais hoje gozamos (JESUS, 2019, p.5).

Xica Manicongo é a primeira travesti que se tem registro no Brasil. Registrada como Francisco Manicongo, africano do Congo escravizado e vendido para um sapateiro na Cidade da Bahia, local hoje conhecido como Salvador. Xica chamava atenção por toda cidade baixa pelo fato de se vestir com um pano pendurado com um nó para frente e trajes considerados femininos. Seu registro foi encontrado através da pesquisa de Luiz Mott sobre perseguição aos sujeitos considerados como “sodomitas” no território brasileiro. A documentação foi encontrada no Arquivo Nacional Torre de Tombo, em Lisboa, Portugal.

Conhecida por ser “namoradeira”, Xica incomodava muitos portugueses que constantemente questionavam sobre seus trajes e ordenavam que se vestisse “como homem”. Ela não obedecia. Se recusava a se vestir daquilo que não era. Resistência. No entanto, na primeira visita da inquisição, ela foi denunciada à Igreja e acusada pelo crime de sodomia¹. Para continuar viva, Xica precisou se adequar e usar as vestimentas tradicionais para homens.

¹ Sodomia: Do nome da cidade de Sodoma, na antiga Palestina, onde predominavam os vícios sexuais. Sodomia é o coito anal entre homens. Com crianças denomina-se "pederastia" (SODOMIA, 2022). Na época, era comparado ao crime de lesa-majestade, em que a pessoa considerada culpada deveria ser queimada viva em praça pública, ter seus bens confiscados pela Igreja Católica e a infâmia lançada até a terceira geração de seus descendentes (JESUS, 2019).

Olhar a história de Xica é olhar a história da população trans atual, mesmo com 430 anos de diferença, já que ainda hoje, ser quem você é ainda pode ser questão de vida ou morte.

Um conjunto de instituições sociais é posto em ação toda vez que alguém se afirma trans (BENTO, 2008). Assim, o intuito deste capítulo é problematizar as limitações dessas instituições² para lidar com as demandas e necessidades de pessoas que vivem o gênero para além da diferença sexual. Para tanto, abordaremos conceitos como gênero, identidade, sexualidade, controle social e poder buscando entender como nossos corpos foram categorizados e divididos pelos discursos científicos, também buscaremos compreender como essas práticas de controle foram institucionalizadas.

1.1 Corpo e Poder

A princípio é necessário dizer que vamos considerar pessoas trans como toda pessoa que se reconhece além do gênero que foi imposto no seu nascimento, sendo esse gênero único, múltiplo ou até mesmo nulo.

No contexto brasileiro contemporâneo, as nomenclaturas mais conhecidas para se dirigir à comunidade trans são a de travesti, mulheres e homens trans, mas é importante ressaltar que nesse processo transformador existem diversas possibilidades e formas de se reconhecer. Ao contrário de como foi construída ao longo dos últimos séculos, consideramos a transexualidade como uma experiência identitária, marcada pela rebeldia com as normas de gênero.

Ao pensar na história de Adão e Eva, parece óbvio para todos nós que os seres humanos desde sempre foram divididos como homem e mulher. No entanto, “vincular comportamento ao sexo, gênero à genitália, definindo o feminino pela presença da vagina e o masculino pelo pênis, remonta ao século XIX quando o sexo passou a conter a verdade última de nós mesmos” (Foucault, 1985, p. 65).

² Trataremos como Instituições, organizações que promovem integração social, através de normas e hábitos, tendo como objetivo a organização da sociedade.

Então, é de se questionar: por que parece impossível pensar a transexualidade com um alcance histórico para além de um período no qual as identidades passam a ser prisioneiras do corpo?

Conforme aponta Berenice Bento em seu livro “O que é a transexualidade” (2008), material que nos servirá de base sobretudo neste primeiro capítulo, é a partir de meados do século XVIII que os sujeitos que transitam entre gêneros têm sua presença retirada da vida pública – história oficial – para serem retratados exclusivamente em livros, artigos e registros médicos. E, a partir de então, os trânsitos de gênero passam a ser considerados como um desvio, uma doença nas sociedades ocidentais. Definir uma pessoa trans como doente é jogá-la numa prisão, colocar toda sua existência, identidade, questões e conflitos em uma condição exclusivamente patológica.

Durante o século XVII, os anatomistas trabalhavam com a ideia de que existia apenas um corpo e pelo menos dois gêneros. Na segunda metade do século XVIII se tornou politicamente importante diferenciar biologicamente homens e mulheres, o que foi reforçado principalmente através dos discursos científicos. A partir de então foram escritos cada vez mais trabalhos que pontuaram a importância dessas diferenças sexuais na determinação do comportamento (LAQUEUR, 2001, p.192 *apud* BENTO, 2008, p.25).

Bento (2008) argumenta que o que hoje é conhecido como sistema binário – masculino *versus* feminino – produziu e continua reproduzindo a ideia de que o gênero é um reflexo do sexo e que toda subjetividade dos indivíduos está presa a uma determinação inicial em que a natureza constrói a sexualidade e determina os corpos supostamente conforme suas disposições naturais.

A comunidade trans não é e nem foi a única a romper e/ou cruzar os limites socialmente estabelecidos para os gêneros. No entanto, por volta de meados do século XIX, quando os trânsitos entre gênero são interrompidos, a medicina pega uma diversidade de pessoas, situações, questões e conflitos e os encaixa na mesma caixinha, ou melhor, na mesma doença. Desde então, todos indivíduos que se rebelam contra as normas de gênero são considerados transexuais.

A transexualidade é uma das múltiplas expressões identitárias que emergiram como uma resposta inevitável a um sistema que organiza a vida social fundamentada na produção - e reprodução - de sujeitos “normais/anormais” e que localiza a “verdade” das identidades apenas pelas estruturas corporais (BENTO, 2008, p.20).

Com o advento da Idade Moderna³, houve uma mudança político-social e epistemológica que passou a valorizar a razão e o conhecimento científico. O que passou a ser considerado como conhecimento estava concentrado nas mãos de poucos homens – brancos, ricos e europeus –, que utilizaram seus discursos científicos como forma de controle e imposição de verdades. É este pequeno e seletivo grupo que passa a dominar os fatos políticos, sociais e culturais, e consolida a divisão societária em homem *versus* mulher, delimitando os comportamentos que diferenciam um do outro e os papéis a serem exercidos nas relações sociais. Foi também esse grupo que constituiu os processos e mecanismos para que o corpo se tornasse uma importante parte da construção das relações de poder.

Para aprofundar nessas relações, é necessário trazer à tona a categoria e a discussão biopolítica de Michel Foucault. O filósofo trabalha a verdade como uma questão construída historicamente através de relações de força e de poder, estas que estão em constante disputa, e foram estabelecidas através de processos impositivos e de apagamento. A advogada e filósofa Angela Couto Machado Fonseca, em seu texto “Poder e corpo em Foucault: qual corpo?” (2015), argumenta que Foucault ocupava seu olhar em analisar, colher e descrever os discursos que falam e as práticas que atuam sobre o corpo. Ela afirma que:

Assim, seu pensamento também vai se ocupar do corpo, aceitar que é ali, neste espaço preciso do corpo, o ponto de encontro de um debate filosófico, o ponto que analisado revela estratégias de produção de sentido e construção de subjetividade. Mas Foucault não encontra as produções de sentido nos processos e nas potências interpretativas imanentes ao corpo e sim nos processos e mecanismos que tomam e atuam sobre o corpo (FONSECA, 2015, p.2).

De acordo com Fonseca (2015), para que se alcance o corpo é preciso voltar o olhar para fora dele e analisar tanto as regras do saber quanto as técnicas de poder que o moldam. Foucault considera que o corpo é desvinculado de sua condição de agente e passa a ser o *locus* sobre o qual as técnicas de poder recaem. O poder, então, atua sobre o corpo, “informando” este corpo e constituindo historicamente suas subjetividades, sendo colocado como um elemento externo. Ele afirma que “o corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o

³A Idade Moderna é o período histórico que se estende de 1453 (século XV) até 1789 (século XVIII).

dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhes sinais” (FOUCAULT, 1987, p. 28).

Foucault busca chamar a atenção não só para esta dimensão do poder que atua sobre o corpo, mas também sobre os saberes supostamente neutros que tentam desvinculá-lo do poder. Ele argumenta que se é esperado de um corpo que ele produza respostas e se comporte a partir da existência de um poder que recai sobre ele, o saber está envolvido aí, tanto fundamentado quanto fundamentando os poderes que se dirigem ao corpo. O que, segundo o filósofo:

Quer dizer que pode haver um 'saber' do corpo que não é exatamente a ciência de seu funcionamento, e um controle de suas forças que é mais que a capacidade de as vencer: esse saber e esse controle constituem o que se poderia chamar de tecnologia política do corpo (FOUCAULT, 1987, 28).

O poder e o saber, então, estão diretamente envolvidos, já que não há uma relação de poder sem a correlação de um campo de saber. Na filosofia foucaultiana, não tem como desvincular o corpo das figuras pelos quais ele se apresenta e age, pois é a partir dessas figuras que o corpo é possível (FONSECA, 2015). Então, o corpo por si só não é constituído por uma materialização originária, mas sim pela materialização do poder que nele é imposto, e é através desse poder que o corpo é detalhadamente moldado.

Fonseca aponta que é necessário compreender que o saber e o poder parecem externos ao corpo, mas chegam ao corpo exatamente quando este resulta naqueles. O que, conforme ela, "são as relações sociais e institucionais nos seus critérios e engrenagens de operação a gerarem, por força da verdade que se crê veicularam, as manifestações de poder que produzem os sujeitos e seus corpos." (FONSECA, 2015, p. 21).

No livro “Um apartamento em Urano: crônicas da travessia” (2020) do filósofo trans Paul Preciado, na crônica intitulada de “A coragem de ser você mesmo”, ele também argumenta que “o sexo e a sexualidade não são propriedades essenciais do sujeito, mas antes o produto de diversas tecnologias sociais e discursivas, de práticas políticas de gestão da verdade e da vida” (PRECIADO, 2020, p. 141). O autor aponta que não há sexo e nem sexualidade, mas sim o uso dos corpos, sendo reconhecidos como naturais ou desviantes.

Fonseca discorre sobre a percepção construtivista de Foucault em relação ao corpo. Para o autor não existe dimensão natural de um corpo, mas sim o corpo

como resultado de regimes de discursos, poderes produtivos e relações jurídicas. Assim, as particularidades do corpo são tornadas possíveis por meio das proposições que o saber declaram para ele, sendo seu funcionamento e modo de ser efetuados pelas técnicas de poder (FONSECA, 2015, p. 22). Foucault em sua obra “História da Sexualidade” (1988) aponta que o conhecimento em torno das sexualidades foi produzido não só através dos discursos, como também na realidade das instituições e das práticas.

Quando falamos de poder é necessário enfatizar que estamos falando do padrão mundial de poder capitalista. O sociólogo Aníbal Quijano em seu artigo: “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina” (2005) nos diz que um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial. Para ele, é aqui na América Latina que se constitui pela primeira vez esse novo padrão. Desde que os colonizadores chegaram na América utilizaram-se da ciência com a suposta intenção de explicar o natural. No entanto, quando olhamos para trás, entendemos que o que eles realmente queriam é naturalizar um sistema de classificação social onde eles fossem, de todas maneiras, superiores. Segundo o autor, essa ideia foi assumida pelos colonizadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia (Quijano, 2005, p.117).

Quijano (2005) aponta como a raça e a identidade racial foram postas como instrumento de classificação social básica da população. Essa ideia da raça, no sentido moderno, começou com a constituição da América. Embora esse trabalho não se proponha a discutir profundamente essas categorias, precisamos falar, pois como aponta o jornalista e escritor Laurentino Gomes em uma entrevista para BBC News Brasil: “A escravidão é o assunto mais importante da história do Brasil, sem ela você não consegue entender nenhum acontecimento histórico”.

Segundo o sociólogo, a ideia de raça, desde muito cedo, foi constituída como referência às supostas diferenças nas estruturas biológicas dos conquistadores e os conquistados. Então, a constituição das relações sociais baseadas nessa ideia produziu identidades sociais historicamente novas na América.

E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e,

consequentemente, ao padrão de dominação que se impunha (Quijano, 2005, p. 117).

Com a expansão do colonialismo Europeu ao resto do mundo, os povos conquistados foram colocados numa situação natural de inferioridade, assim como suas culturas. A imposição da perspectiva eurocêntrica de conhecimento em conjunto com a elaboração teórica da ideia de raça legitimou as relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Na concepção do autor:

No processo de constituição da América, todas as formas de controle e de exploração do trabalho e de controle da produção-apropriação-distribuição de produtos foram articuladas em torno da relação capital-salário (de agora em diante capital) e do mercado mundial [...] Na medida em que aquela estrutura de controle do trabalho, de recursos e de produtos consistia na articulação conjunta de todas as respectivas historicamente conhecidas, estabelecia-se, pela primeira vez na história conhecida, um padrão global de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos” (Quijano, 2005, p. 118).

Quijano (2005) nos diz que enquanto se constituía em torno de e para o capital, também foram estabelecendo as características capitalistas. E assim, se estabeleceu o capitalismo mundial. Cada uma dessas formas de controle de trabalho não era apenas uma extensão daquelas que as antecedeu, mas sim histórica e sociologicamente novas. Essas novas identidades produzidas foram caracterizadas, divididas e naturalizadas de acordo com o ponto de vista colonizador. Essas segregações foram estruturalmente reforçadas pelas instituições sociais.

A interseccionalidade, conceito que tem ganhado cada vez mais espaço nas ciências sociais, nos permite compreender as interações entre os sistemas de opressão presentes na sociedade capitalista, como elas se relacionam entre si e suas consequências estruturais.

No artigo “Feminismo Negro e a Interseccionalidade de Gênero, Raça e Classe” entendemos que esse conceito parte principalmente das discussões do feminismo negro, na qual nos estudos sobre a questão racial foi percebido a interseccionalidade das categorias sociais de classe, gênero e raça por serem peças fundamentais na diferença das trajetórias das mulheres. A precursora desse conceito é a autora, professora e jurista norte-americana Kimberlé Crenshaw, em 1989, e ela aponta que:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais

eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p.177).

Então, podemos compreender que as práticas – e teorias – que moldam os significados e levam a criação das identidades estão estruturalmente envolvidas nas relações de poder.

Foucault (1988) demonstra como as práticas, até então consideradas como sexuais, se tornaram definidoras das identidades, que foram institucionalizadas pelos discursos científicos na intenção de exercer o biopoder, controlando tais corpos e comportamentos. O que reparamos, no caso da transexualidade, é que a patologização dos comportamentos para além das normas de gênero produziu os conhecimentos e identidades baseados nas práticas que os discursos médico-científicos estipularam como desviantes e degenerados.

1.2 O que é transexualidade?

Em uma crônica mencionada acima, “A coragem de ser você mesmo” de Paul B. Preciado, a discussão feita pelo autor chama atenção. O filósofo trata sobre um convite que recebeu para falar sobre a coragem de ser ele mesmo. Essa é uma frase muito falada para nós, pessoas trans, especialmente em datas comemorativas da população LGBT e da comunidade T⁴, quando somos convidados a falar sobre nossas experiências e vivências. No entanto, o que Preciado responde sobre essa suposta coragem que agora nos atribuem:

Vocês agora me dão o privilégio de falar da coragem de ser eu mesmo depois de terem me feito carregar o peso da exclusão e da vergonha por toda minha infância (...) ao mesmo tempo que negam meus direitos fundamentais em nome da natureza e da nação, que confiscam minhas células e meus órgãos para sua delirante gestão política (PRECIADO, 2020, p. 139).

⁴ Com comunidade T, nos referimos a comunidade trans, já que a letra T representa transexuais e travestis na sigla LGBT.

Esta é uma questão que sempre me deixa reflexivo. Como sempre, em uma única data, nos dão o direito de sermos ouvidos, nos tratam como pessoas, como cidadãos, e durante o resto do ano negam nossos direitos e até mesmo nossas próprias existências. Nos fazem passar pelos mais diversos tipos de violência e depois têm ainda a audácia de nos chamar de corajosos por “conseguir” enfrentar todas essas barreiras que nos impõem. Preciado então, escreve:

Guardem a coragem para vocês. Para seus casamentos e seus divórcios, para suas infidelidades e mentiras, para suas famílias e maternidades, seus filhos e heranças. Guardem a coragem que é necessária para manter a norma. O sangue-frio de que precisam para emprestar seus corpos ao processo incessante de repetição regulada. A coragem, como a violência e o silêncio, como a força e a ordem, está do lado de vocês (PRECIADO, 2020,p. 141).

Confesso que compartilho desta raiva e pensamento de Preciado (2020). A experiência de transformar minha experiência em objeto de estudo, em conhecimento científico, através de um espaço oferecido por uma instituição pública de conhecimento, me traz um sentimento ambíguo. Escrever para a mesma Academia que mediante seus discursos científicos nos colocou nesse lugar de anormal, desviante, doente; essas mesmas instituições que nos limitaram na marginalização e na criminalização, requer muito cuidado com o conteúdo do trabalho.

Entendo, por outro lado, a responsabilidade de estar ocupando esse lugar como um de nós para falar de nós mesmos. Por isso, este trabalho se propõe a ir além dessa limitada e limitante visão, desse controle que foi criado sobre nossos corpos. Por meio de um resgate sócio-histórico sobre a transexualidade, buscaremos contar uma outra narrativa sobre essa experiência identitária, marcada pela rebeldia com as normas de gêneros. Como intitulado no livro do filósofo marxista Samir Armin “Somente os povos fazem sua própria história” (2020). Nesta parte do texto, iremos refletir e dialogar apenas com outros autores trans, na intenção de nos tornarmos protagonistas de nossas próprias histórias.

Como mencionado anteriormente, durante esse primeiro capítulo o material que nos servirá especialmente de base será o livro “O que é transexualidade?” (2008) da professora e socióloga Berenice Bento. Essa obra foi escolhida por fazer o resgate sócio-histórico da categoria transexualidade e pelas importantíssimas discussões e apontamentos feitos pela autora. É escolhido sobretudo pela finalidade

dos trabalhos que, como apontado pela socióloga na apresentação do seu livro – intitulado de manifesto contra a natureza:

Reafirmo minha rebeldia contra a natureza, contra “o estabelecido”, contra tudo aquilo que nos roube “a esperança”. Reafirmo minha rebeldia contra tudo aquilo que nos negue, antes de tudo, nossas próprias vidas (BENTO, 2008, p. 9).

No capítulo “Nas teias da tecnologia de gênero”, Bento analisa que desde fetos já estamos presos a estas teias. Assim que é anunciada a gravidez a grande questão se torna: vai ser menino ou menina? E conforme passam os meses o anseio em saber o sexo da criança só aumenta. Quando por fim o sexo é revelado, é como se finalmente o feto se tornasse alguém, algo concreto. Essa “definição” então assume um conjunto de expectativas e suposições em torno de um corpo que ainda é uma promessa (PRECIADO, 2002 *apud* BENTO, 2008, p. 33).

O feto por si só não constituía um corpo, ele só adquire sua materialidade quando se anuncia o sexo, quando materializa a norma que nele é imposto, e, como vimos anteriormente, é a partir disso que o corpo começa a ser detalhadamente moldado. Bento afirma que o que entendemos como algo natural, o corpo-sexuado, é o resultado das normas de gênero. “O sexo é uma das normas pela qual se torna viável, qualificador de humanidade amatériacorpórea. Os atos que fazem os corpos sexuais também são experiências compartilhadas pelas significações culturais” (BENTO, 2008, p. 37).

Para a autora, a transexualidade – e outras experiências de trânsito entre os gêneros – demonstram como não somos predestinados apenas a cumprir as normas impostas em nossos corpos. Essas normas são repetidas por diversos caminhos, por várias instituições. Por isso, indivíduos que escapam aos processos de produção de gênero são colocados como risco por oferecerem desobediência às normas, pois revelam as diversas possibilidades de transformação das mesmas. Em seu livro “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade”, a filósofa Judith Butler defende que “quando o status construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a facilidade de significar tanto um corpo masculino como feminino” (BUTLER, 2008, p. 24).

Nascemos e somos apresentados a uma única possibilidade de construirmos sentidos identitários para nossas sexualidades e gêneros. Passamos a interiorizar

tais verdades de forma que elas são reproduzidas como naturais e universais. Nos dizem que as bilhões de pessoas que passaram por este planeta terra, nas mais diversas culturas e tempos, por todos os cantos deste mundo, que só existem essas duas possibilidades para vivenciar: o masculino ou feminino. Como aponta Bento em sua outra obra “A reinvenção do corpo: Sexualidade e gênero na experiência transexual” (2006):

(...) a organização das subjetividades em um mundo marcado pela polarização naturalizada dos gêneros acaba por criar um conjunto de subjetividades e sexualidades divergentes do modelo estabelecido pelas normas de gênero, mas que serão recuperadas por essas mesmas normas à medida que se estruturam explicações patologizantes para essas subjetividades e sexualidades divergentes, operando-se uma inversão: o problema está no indivíduo, e não nas normas de gênero (BENTO, 2006, p. 131- 132).

Para a autora, na ótica da maioria das pessoas a sexualidade normal é natural e heterossexual. Ela argumenta que isso é o resultado de tecnologias gerenciadas e produzidas pelas instituições sociais, estas que atribuem suas responsabilidades à natureza. É importante apontar que esse texto foi feito no ano de 2008, e, que os estudos de gênero e sexualidade tiveram suas discussões ampliadas ao longo destes anos. Atualmente, entende-se que não é apenas a heterossexualidade que dita à norma, mas também a cisgeneridade. Quem não é trans, é cis, e, assim como na sexualidade, a cisgeneridade também é entendida como normal e natural.

A heteronormatividade presume a cisheteronormatividade, na sua legitimação dos relacionamentos heterossexuais. Isso é: pressupõe também a inexistência ou a marginalização de pessoas trans – pressupõe também a possibilidade de “curar” pessoas trans, pra que se reconheçam dentro da identidade que lhes foi assignada pelo estado (GRIMM apud BAGAGLI, 2017, p. 159-160).

Então, a cisheteronormatividade se apresenta como um sistema de relações de poder que pressupõe os corpos naturalmente como cisheterossexuais e heterossexuais, e os que divergem dessa norma são os anormais e degenerados. Para Bento, é através dessas práticas, de uma interpretação em ato das normas de gênero, que o gênero existe.

O gênero adquire vida através das roupas que compõem o corpo, dos gestos, dos olhares, ou seja, de uma forma estilística definida como apropriada. São estes sinais exteriores, postos em ação, que estabilizam e dão visibilidade ao corpo. Essas infindáveis repetições funcionam como citações, e cada ato é uma citação daquelas verdades estabelecidas para

os gêneros, tendo como fundamento para sua existência a crença de que são determinados pela natureza (BENTO, 2008, p. 43).

Conforme as ações não correspondem a essas expectativas estruturadas como atos de homem/mulher, abre espaço para estremecer as normas de gênero, o que comumente é respondido com violência. Tanto a violência física como simbólica são utilizadas para imposição de comportamentos, para manter essas práticas à margem do que é considerado normal. Para a autora, esses processos de naturalização e patologização das identidades fazem parte do processo de produção das margens.

A transexualidade, por ser uma identidade que nega e subverte as normas de gênero, sofre diversos processos de exclusão, invisibilização e negação de direitos. O Assistente Social e Professor Guilherme Almeida em seu artigo “Identidade de gênero com ênfase nas pessoas trans: particularidades e acesso à saúde, trabalho e educação” (2018) argumenta que diferentes dimensões da vida podem ser afetadas pela condição de ser trans. Segundo o autor, é através das relações sociais que produzimos os meios para que a existência de determinados grupos e indivíduos não sejam percebidas, e para que, assim, os comportamentos que não sejam convenientes à manutenção da ordem social sejam discriminados e invisibilizados.

Como mencionado anteriormente, a medicina e as chamadas ciências *psi*(psiquiatria, psicologia e psicanálise), tiveram uma participação especial na marginalização de pessoas que se rebelavam contra as normas de gênero. Através de seus discursos e estudos foram taxados como desviantes e/ou degenerados, e devidamente classificados quanto a possibilidade de “cura” ou a necessidade de serem retirados do convívio social.

2 DESPATOLOGIZAÇÃO: UMA QUESTÃO POLÍTICA E DE DIREITO

Foi durante a 72ª Assembleia Mundial da Saúde, realizada entre os dias 20 e 28 de maio, em Genebra, na Suíça, que oficialmente a transexualidade deixou de ser considerada como transtorno mental pela Organização Mundial de Saúde (OMS). A transexualidade, que já percorreu diversas classificações médicas, passou a ser considerada como transtorno mental na 10ª Classificação Internacional de Doenças (CID) do ano de 1990. Na nova edição da CID, a transexualidade passou

ao capítulo de condições relacionadas à saúde sexual, sendo classificada agora como incongruência de gênero.

A retirada da transexualidade da parte de doenças mentais é uma antiga reivindicação do movimento trans, que pedia para que fosse relacionado a parte de comportamentos sexuais. Apontado como uma vitória da luta trans por diversas matérias e movimentos, ainda é de se questionar: até que ponto isso é mesmo um avanço?

Para auxiliar em nossas reflexões sobre o tema, vamos trazer alguns depoimentos colhidos pela reportagem “Transexualidade deixa de ser considerada doença, mas ainda é patologizada” (2019) do jornal Brasil de Fato. O primeiro depoimento é de Bruna Benevides, Secretária de Articulação Política da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Ela afirma que:

É um avanço porquê de alguma forma a OMS demonstra uma tomada de posição no enfrentamento da transfobia estrutural. Quando temos uma sociedade pautada nas distinções, nas hierarquizações das existências, vemos a medicina como mais uma fonte de alimentação da discriminação, da perpetuação de estigmas ao dizer que somos portadoras, entre aspas, de transtornos mentais, pessoas sem autonomia (PEREIRA, 2021).

A reportagem ainda aponta que Bruna reconhece essa mudança como um progresso principalmente no desenvolvimento das políticas públicas, já que é a partir do CID que as diretrizes para os atendimentos são determinadas universalmente. No entanto, ela avalia que a atenção à saúde da população trans ainda é muito inferior à demanda, ela atribui esse fato a uma tutela direta – do estado e da sociedade – em relação à comunidade T.

O outro depoimento é sobre a nova classificação: incongruência de gênero, e foi dado por Alexandre Peixe, coordenador da região Sudeste do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT). Ele avalia que:

O termo é horrível, saímos de transtornados, depois para disfóricos, para sermos ‘incongruentes’. Esquecem que antes de sermos trans, somos ser humanos e somos pessoas. Mas a vitória, independente do termo, é termos saído do capítulo de transtornos mentais(SOUZA, s/d).

Segundo consta na reportagem, Alexandre também considera a CID necessária para a garantia do tratamento médico. Para Almeida (2018) a despatologização é uma importante questão política para o movimento trans e os direitos humanos. Contudo, no contexto brasileiro, ela precisa ser considerada com

tamanha atenção e cuidado para que isso não signifique uma desassistencialização no sistema único de saúde (SUS) e na saúde suplementar.

É neste sentido que, durante o segundo capítulo, nossas discussões buscarão percorrer o caminho da patologização, mas também investigar o caminho reverso, a despatologização das identidades trans. Abordaremos como essas discussões estão sendo travadas atualmente e ainda a importância de que ela ultrapasse apenas os espaços de saúde, trazendo-a para o Serviço Social.

2.1 Ciência sexual

Em sua tese de doutorado intitulada “Nossos corpos também mudam: A invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico” (2011) o professor e cientista social Jorge Leite Júnior nos mostra como a psiquiatria foi protagonista da ciência sexual no século XIX.

Resumindo muito brevemente, ao longo da história, as pessoas que não se encaixavam nos papéis definidos para homens e mulheres na sociedade eram chamadas de hermafroditas, baseado apenas em questões corpóreas. Leite (2011) aponta que, com a modernidade, a medicina lentamente cria a ideia do que ele chama de hermafroditismo “completo”, e assim vai se invertendo, o que antes era uma questão corpórea se torna também uma questão mental.

Os traços de indefinição entre homens e mulheres migram para a psique como o último grau de uma sutil mistura entre os sexos, principalmente na questão do chamado “instinto” sexual e, desta forma, nasce o “hermafrodita psíquico”, com sua referente (psico)patologia. É sobre este frágil e recente conceito que as então recentes e também frágeis ciências da psique vão se desenvolver e apoiar para discutir os limites entre masculino e feminino (LEITE, 2011, p. 82).

O autor dialoga com o filósofo Foucault (1987) ao apontar que a intenção dessa nova ciência da psique como frente da ciência sexual era de auxiliar o campo jurídico para definir onde os “sodomitas”, agora considerados “degenerados”, deveriam ser aprisionados: em cadeias ou hospícios. Para ele:

Estes trabalhos também se constituem como discurso de “defesa” das categorias criadas, naturalizando as questões sexuais e assim, criando uma tensão social entre a criminalidade intencional e comportamentos ou “instintos” vistos como incomuns, mas “naturais” (LEITE, 2011, p. 83).

Leite (2011) comenta sobre uma pesquisa feita pelo historiador James N. Green sobre a homossexualidade masculina no Brasil no século XX, na qual ele aponta Viveiros de Castro como primeiro estudioso a usar o termo homossexual no Brasil. Em seu livro sobre atentados ao pudor, Castro discute crimes como o alcoolismo, o suicídio e uma série de problemas, sociais supostamente ligados as “perversões sexuais”. Ele classifica o caráter brasileiro como propenso à sensualidade e ao amor, o que ele questiona ser fruto da intensidade do instinto sexual ou por sermos degenerados.

Conforme o autor, Castro analisa os tipos de “perversos e pervertidos” e incluídos dentre estes estão os hermafroditas, comparados com categorias consideradas como bestas, monstruosidades e aberrações. Explicando que o grande problema dos hermafroditas seria a confusão em relação ao seu verdadeiro sexo, a periculosidade existia já que o erro do verdadeiro sexo acabaria por falsear a educação, os sentimentos, as ideias, os hábitos e o modo de vida, o que “feminilizaria” o homem e “masculinizaria” a mulher.

Fica evidente então o porquê de os hermafroditas estarem em um livro da área jurídica que analisa crimes e criminosos. O limite entre o que é ser homem ou mulher deveriam ser vigiados e mantidos com força de uma lei (LEITE, 2011, p. 85).

Leite também comenta sobre o livro “Leitura das perversões” do médico e sociólogo Georges Lanteri-Laura, no qual ele discute como os “desviantes sexuais” passam a ser silenciosamente divididos pela psiquiatria por duas categorias: bons e maus. No entanto, tais classificações já demonstravam a classe social como determinante, principalmente, em relação à aceitação.

No caso, os considerados bons eram as pessoas ricas, de sobrenomes socialmente relevantes e a quem eram atribuídos às capacidades intelectuais. Estes seriam objetos de compaixão, para qual seriam desenvolvidos todos os esforços médicos e jurídicos na tentativa de curá-los ou livrá-los das prisões, já que eram considerados perversos.

Já os maus, eram os pobres, os quais não se atribuíam capacidades intelectuais, assim como eram objetos de desprezo, receio e rigidez. Eram, dessa forma, considerados pervertidos. Para os maus, cabiam os manicômios, as prisões e a psiquiatria forense. No Brasil, especificamente aqui em Minas Gerais, uma recente

obra nos mostrou como os hospitais psiquiátricos eram utilizados como instrumentos de controle social a pessoas que não eram aceitas na sociedade.

O livro-reportagem “Holocausto Brasileiro” (2013) da jornalista Daniela Arbex mostra como pessoas foram torturadas e mortas no Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena. Arbex resgata como em grande parte do século XX, no maior hospício do Brasil, um genocídio foi cometido, sistematicamente, pelo Estado Brasileiro com a cumplicidade dos médicos, funcionários e da sociedade. Também conhecido como Colônia, pelo menos 60 mil pessoas foram mortas lá dentro, sofrendo os mais diversos tipos de violação. Nos períodos de maior lotação, 16 pessoas morriam a cada dia. Sobre as pessoas que estavam internadas lá, a autora aponta que

Em sua maioria, haviam sido internados à força. Cerca de 70% não tinham diagnóstico de doença mental. Eram epiléticos, alcoólatras, homossexuais, prostitutas, gente que se rebelava ou que se tornara incômoda para alguém com mais poder (ARBEX, 2013, p. 14).

É nessa lógica de perversos versus pervertidos, apontadas por Leite (2011), que se reflete uma das raízes da criminalização da pobreza, reflexo do controle social. A “perversão” é tratada como uma doença, e a “perversidade” um vício. Então, a própria figura do médico é utilizada como elemento determinante para essa demarcação.

Estruturou-se por conseguinte, um campo das perversões em que a medicina, no tocante a uns, denunciava rapidamente o perigo social, e, no tocante a outros, pretendia ser mais compreensiva que a justiça: somente o especialista acreditava possuir o saber que permitia efetuar essas distinções (LANTERI-LAURA, 1994, p.45 *apud* LEITE, 2001, p 86).

Lanteri-Laura ressalta que a medicalização da temática sexual ocorre de forma concomitante com a moralização sobre o tema, já que o papel de guardião social da autoridade moral não é mais somente da igreja, como também da ciência moderna. Leite (2011) ressalta que, em especial, a medicina foi utilizada para demarcar “cientificamente” o certo e o errado, o belo e o feio, o bom e o mau. Veremos como isso se aplicou, desde a construção da categoria, na questão da transexualidade.

2.2 *Transvestites*

Leite (2011) aponta que o termo travesti, como a gente entende atualmente, apareceu pela primeira vez no ano de 1910, na obra *Transvestites*⁵ do renomado médico e psicólogo alemão Magnus Hirschfeld. Deste livro se originaram as categorias de travestis e travestismos, consideradas pelo médico como pessoas que vestiam roupas do sexo oposto por motivações eróticas. Duas importantes discussões partem deste estudo: o médico propõe que homens e mulheres não são seres total e completamente diferentes, mas sim possuem vários elementos de feminilidade/masculinidade em comum. Ele também dissocia o que hoje entendemos como orientação sexual da identidade de gênero.

Hirshfeld era um militante dos direitos homossexuais e acreditava na ciência como um caminho para vencer os preconceitos sociais. Em seus estudos chegou a fazer tabelas e cálculos demonstrando 43.046.721 combinações diferentes de subjetividades sexuais. Leite (2011) ressalta que a importância desta demonstração é que Hirshfeld (1991) procura indicar a legitimidade da diversidade sexual, justificando-a cientificamente, em oposição à rigidez predominante dos ideais de homem/masculino e mulher/feminino.

Para nós, a parte mais importante deste livro é a separação da classificação travesti de outras categorias sexuais clínicas, defendendo a especificidade própria de cada caso. O travestismo é definido então como o forte impulso para usar roupas do sexo que não pertence à estrutura relativa a seu corpo como um fim em si mesmo. O médico interpreta este impulso como uma forma de expressão da personalidade íntima, criando o foco desta nova categoria na disposição psíquica interior e não somente baseado na aparência externa.

Além disso, Leite (2011) aponta que nessa linha de pensamento, estas pessoas não são consideradas possuidoras de distúrbios mentais, nem algum tipo de loucura, apenas mais uma variante na diversidade sexual. Assim, neste recém criado conceito de “travestismo”, Hirshfeld (1991) argumenta que não importa quanto os travestis homens sentem-se como mulheres quando vestidos ou como as

⁵ Tradução de Travesti na língua inglesa.

mulheres sentem-se como homens vestidas com roupas masculinas, mas que ainda permanecem cientes de que na verdade não o são.

Vemos desta forma o nascimento de uma nova categoria clínica e uma personagem, mesmo que não intencionalmente, patologizada: o travestismo e o indivíduo travesti, através da autonomização da questão de troca de vestuário entre os sexos, mas não mais ligado necessariamente à homossexualidade, ao hermafroditismo psíquico ou a alguma forma de paranoia (LEITE, 2011, p.105).

Leite (2011) ressalta que embora tenha essa nova classificação, e a criação de uma nova identidade, essa distinção é adotada apenas aos poucos, visto que a união dos conceitos entre corpo/sexo/desejo/aparência se mantém como predominante no meio científico até pelo menos final da primeira metade do século XX.

A complexidade do processo de instauração social de uma identidade se anuncia quando um sujeito se põe em discurso (BENTO, 2008). Se afirmar como transexual é uma evocação identitária que provoca uma demarcação em relação a outras identidades. Para a autora, o debate sobre o que é ser transexual caracteriza-se principalmente pela demarcação com a travestilidade, ambas são construções identitárias localizadas no campo do gênero, produzindo respostas aos conflitos gerados por uma ordem divisória e naturalizada para os gêneros.

Não nos sentimos aptos a explicar a diferença entre se entender como mulher trans ou travesti. Porém, o que pretendemos demonstrar é como essas identidades também são demarcadas a partir de uma hierarquização. Nessa disputa de identidades – e discursos – é como se travesti fosse utilizado como um termo pejorativo, evocando tudo aquilo que deveria ser rejeitado, e ser transexual soasse como algo menos pior, provocando até certa legitimidade. Como se a categoria médica transexual fizesse um trabalho de assepsia de uma categoria de rua. A autora ressalta que:

Se a diferença não está fundamentalmente na forma como se vive individualmente o gênero, pois no campo da subjetividade vamos encontrar uma gama de respostas que são articuladas como desdobramentos de vivências pessoais, tampouco se podem ancorar nas performances de gênero esta resposta, pois ambas experiências identitárias negociam e transitam na ordem de gênero, sendo incorreto afirmar que está mais próxima da "mulher de verdade" pois a própria mulher de verdade carece de originalidade(BENTO, 2008, p. 76-77).

Outro filósofo citado anteriormente em nosso trabalho, em suas reflexões sobre essa demarcação, Paul Preciado afirmou:

Não sou um homem. Não sou uma mulher. Não sou heterossexual. Não sou homossexual. Tampouco sou bissexual. Sou um dissidente do sistema sexo-gênero. Sou a multiplicidade do cosmos encerrada num regime político e epistemológico binário gritando diante de vocês (PRECIADO,2020, p.28).

Ambos autores concordam que, na verdade, a diferença está nos mecanismos que estruturam e viabilizam as divergências com as normas de gênero. Conforme já referido neste trabalho, um conjunto de instituições sociais é posto em ação toda vez que alguém se afirmar trans, já que necessitam dessas instituições para serem reconhecidas socialmente e legalmente. Para isso, é necessário acionar essa complexa rede de discursos localizados nas instituições médicas, religiosas, educacionais, políticas, jurídicas, familiares (BENTO, 2008).

Conforme a autora aponta, as disputas identitárias não se tratam de transexual *versus* travesti, mas sim de entender os mecanismos que operam na subjetividade para construção – e exclusão – e como esses mecanismos se materializam nas interações com as instituições sociais. Ela ressalta que:

Quando se passa a reivindicar o reconhecimento social de uma identidade de gênero que só tem a possibilidade de existir, de ser inteligível, mediante a autorização das instituições guardiãs das normas, nesse momento se estabelece um outro campo de disputas e de hierarquias. É nesse campo que se insere a transexualidade (BENTO, 2008, p. 80).

Para nós, é importante ressaltar que a comunidade trans tem feito a ressignificação do termo Travesti, sendo utilizado como uma identidade de resistência, de luta, de força. Tem se reafirmado como uma identidade latino-americana que busca dar ênfase principalmente nos recortes de gênero, raça e classe. É importante esse recorte, já que, como aponta Carla Benetizes Martins em seu artigo “Permanências estruturais e ausência de rupturas na política criminal e de segurança pública nos governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016)” (2021) aqui na América Latina, e principalmente no Brasil, o controle social por parte do Estado sempre foi a base das políticas autoritárias, conservadoras e repressivas realizadas contra a classe trabalhadora, justamente para sustentar a classe dominante e sua estrutura de poder.

2.3 Estado e Poder

Como aponta o jurista e escritor brasileiro Fábio Konder Comparato em sua obra "Capitalismo: civilização e poder" (2011), vivemos hoje, no século XXI, um fenômeno único em toda a história. Todos os povos da Terra, em diferentes graus, participam da mesma civilização: a capitalista. Por civilização, entende-se a reunião de vários povos, que falam línguas da mesma família, partilham uma mentalidade coletiva, submetem-se às mesmas instituições de organização social e desfrutam do mesmo saber tecnológico. Dentre os elementos formadores, o autor destaca a mentalidade coletiva e as instituições de organização social.

Para ele, Fernand Braudel afirmou que as civilizações são, antes de tudo, mentalidades coletivas. Comparato (2011) entende a noção de mentalidade como o sociólogo Émile Durkheim descreve o conceito de consciência coletiva. Para Durkheim, consciência coletiva é o conjunto de crenças e sentimentos comuns aos membros de uma sociedade que forma um sistema determinado, que contém vida própria. O sociólogo discute como a consciência coletiva tem grande influência nas consciências individuais.

Comparato (2011) aponta que as instituições de organização social se formam em torno das relações de poder, baseado em sistemas normativos. Nas civilizações antigas, tais sistemas eram fundamentalmente habituais e locais. Já nas civilizações modernas são formados, de forma predominante, por normas escritas. Além disso, suas aplicações hoje ultrapassam as fronteiras de cada Estado e tendem a estender-se pela humanidade. O jurista argumenta que dentre vários traços definidores de nossa civilização, indubitavelmente, o de maior relevância no processo de transformação global da vida em nosso planeta foi o poder capitalista.

As discussões travadas no livro "Estado, Classe e Movimento Social" (2010), de Carlos Montanõ e Maria Lúcia Duriguetto, demonstram que para Karl Marx o Estado é um produto da sociedade civil, expressando e perpetuando suas contradições. Marx e Engels consideram as condições materiais existentes em uma sociedade como a base de suas estruturas sociais e da consciência humana. Os autores consideram como condições materiais o modo como as coisas são produzidas, distribuídas e consumidas e como as relações sociais estão estabelecidas.

Assim, não é o Estado que molda a sociedade, mas a sociedade que molda o Estado. Já a sociedade é moldada pelo modo dominante de produção e das relações de produção próprias desse modo. Em *Ideologia Alemã*, Marx e Engels defendem que:

A estrutura social e o Estado nascem [...] do processo de vida de indivíduos determinados [...] tal e como atuam e produzem materialmente e, portanto, tal e como desenvolvem suas atividades sob determinados limites, pressuposto e condições materiais, independentes de sua vontade (MARX; ENGELS, 1993, p.36 *apud* DURIGUETTO E MONTAÑO, 2010, p.35).

Montaño e Duriguetto (2010) ressaltam que as relações sociais não são toda e absolutamente criadas pelo poder do Estado, mas que, na verdade, elas constituem o próprio poder que cria o Estado. Os autores apontam que para Marx e Engels o Estado surge das relações de produção e espelham os interesses da estrutura de classe inerente às relações sociais de produção. Por isso, a burguesia ao ter o controle dos meios de produção, contendo o controle sobre o trabalho no processo de produção, passa a instituir a classe dominante, estendendo seu poder ao Estado, que vai agir conforme seus interesses e demandas através de normas e leis.

Desse modo, a sociedade civil moderna se constitui como sociedade burguesa no sentido do domínio dessa classe, e como sociedade capitalista na medida em que a necessidade específica da relação de troca social moderna é entre capital e trabalho. O Estado, supostamente, representa o interesse de todos, tem essa aparência de universal. No entanto, os autores defendem que na medida em que ele garante a organização das condições gerais do sistema social a partir da dominação da classe burguesa, ele reproduz o interesse apenas dessa classe dominante.

Em seus "Manuscritos econômicos-filosóficos" (1844) Marx defende que a sociedade civil é tratada como terreno para interesses particulares. É nesse particularismo que se deriva e sustenta a divisão da sociedade em classes antagônicas: os donos dos meios de produção e os que possuem apenas o trabalho para vender. O Estado, ao agir apenas de acordo com os interesses da classe burguesa, legitima a dominação e exploração dela sobre a classe trabalhadora.

O Estado é a expressão das relações sociais de produção existentes na sociedade capitalista. Nas palavras de Marx e Engels (1998, p.7) o executivo do Estado configura-se como “um comitê para administrar os negócios coletivos da classe burguesa” e suas formas institucionais se valeriam essencialmente da coerção ou da opressão para exercer suas funções e o domínio de classe burgueses (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 39).

Os autores acima referenciados também demonstram que, para o marxista revolucionário russo Vladimir Lênin, o estado é o comitê executivo da burguesia, e conforme o próprio Lênin pontua “um produto do caráter inconciliável das contradições de classe” (LÊNIN, 2017, p.27). Ele defende que a função do Estado como aparelho repressivo da burguesia é o núcleo central do Estado burgueses. Para Lênin (2017), o Estado representa apenas os interesses dessa classe específica: a burguesia, e o principal meio de defesa de seus interesses ocorre pelo poder coercitivo institucionalizado. Exatamente por isso Lênin não acredita nas vias institucionais para acabar com o Estado burgueses, já que para ele o próprio Estado é a força armada da burguesia.

A classe burguesa e os Estados modernos, foram constituídos através das riquezas das grandes metrópoles. Essas riquezas foram roubadas através de processos de exploração que a Europa promoveu no “Novo mundo”. Conforme o jornalista e escritor uruguaio Eduardo Galeano, na introdução de seu livro “As Veias Abertas da América Latina” (2010), a nossa comarca no mundo, hoje conhecida como América Latina, especializou-se em perder, desde sua invasão, para os europeus do renascimento que se aventuraram pelos mares e lhe cravaram os dentes na garganta.

É a América Latina, a região das veias abertas. Do descobrimento aos nossos dias, tudo sempre se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal se acumulou e se acumula nos distantes centros do poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos. O modo de produção e a estrutura de classes de cada lugar foram sucessivamente determinados, do exterior, por sua incorporação à engrenagem universal do capitalismo. Para cada um se atribuiu uma função, sempre em benefício do desenvolvimento da metrópole estrangeira do momento, e se tornou infinita a cadeia de sucessivas dependências, que têm muito mais do que dois elos e que, por certo, também compreende, dentro da América Latina, a opressão de países pequenos pelos maiores seus vizinhos, e fronteiras adentro de cada país, a exploração de suas fontes internas de víveres e mão de obra pelas grandes cidades e portos (GALEANO, 2010, Introdução, s/p.).

Para uns ganharem, outros têm que perder. O autor afirma que aqueles que ganharam só puderam ganhar porque perdemos. A história do subdesenvolvimento latino-americano integra a história de desenvolvimento do capitalismo. O território latino-americano foi transformado em colônia de exploração pelo processo de dominação Europeu.

Nossa derrota esteve sempre implícita na vitória dos outros. Nossa riqueza sempre gerou nossa pobreza por nutrir a prosperidade alheia: os impérios e seus beaguins nativos. Na alquimia colonial e neocolonial o ouro se transfigura em sucata, os alimentos em veneno. (GALEANO, 2010, Introdução, s/p.)

Galeano aponta que a força do conjunto do sistema imperialista habita-se na necessária desigualdade das partes que o formam, e essa desigualdade tem assumido proporções cada vez mais graves. Os países colonizadores europeus, considerados centrais, se tornam cada vez mais ricos, pelo dinamismo da crescente desigualdade em relação aos países pobres, que sofrem as consequências de constituírem a periferia do capitalismo. Para o escritor, o sistema é muito racional no ponto de vista de seus donos estrangeiros e nossa burguesia, mas é tão irracional em relação a todos os outros, e, quanto mais se desenvolve, mais provoca seus desequilíbrios e contradições.

Foi a partir do colonialismo europeu que o Estado contemporâneo institucionalizou as mesmas formas de dominação ao redor do mundo, constituindo as relações capitalistas. Em sua obra “Racismo Estrutural” (2019), o advogado e professor Silvio Almeida questiona: “Por que a dominação concretiza-se institucionalmente sob a lógica do Estado? Por que o poder político assumiu especificamente a forma-Estado?” O autor demonstra que diversas sociedades pré-capitalistas se constituíram através de múltiplas formas de dominação e exercícios do poder político, mas é apenas no desenvolvimento do capitalismo que assume características bem específicas.

É apenas com o desenvolvimento do capitalismo que a política assume a forma de um aparato exterior, relativamente autônomo e centralizado, separado do conjunto das relações sociais, em especial das relações econômicas. No capitalismo, a organização política da sociedade não será exercida diretamente pelos grandes proprietários ou pelos membros de uma classe, mas pelo Estado (ALMEIDA, 2019, p.71).

Para Almeida (2019), sendo a sociedade capitalista fundamentada na troca mercantil, a sua existência depende que os indivíduos que nela vivem relacionem-se entre si, hegemonicamente, como iguais e livres. Esta condição só é garantida quando a troca mercantil se generaliza e torna-se a lógica constitutiva da sociedade. Por isso, cabe ao Estado garantir o direito à liberdade individual, à igualdade formal e, principalmente, à propriedade privada, visto que sem elas não poderia haver, contratos, mercado, e, portanto, o capitalismo.

Para proteger a liberdade individual, a igualdade formal e a propriedade privada, o Estado terá de manter um delicado equilíbrio em sua atuação, que exige preservar a unidade em uma sociedade estruturalmente individualista e atomizada, que tende a inúmeros conflitos e, ao mesmo tempo, a fim de não comprometer o imaginário da igualdade de todos perante a lei, “aparecer” como um poder “impessoal” e “imparcial” e acima dos conflitos individuais. O papel do Estado no capitalismo é essencial: a manutenção da ordem – garantia da liberdade e da igualdade formais e proteção da propriedade privada e do cumprimento dos contratos – e a “internalização das múltiplas contradições”, seja pela coação física, seja por meio da produção de discursos ideológicos justificadores da dominação (ALMEIDA, 2019,p.72).

O autor defende que a forma com que os indivíduos atuam na sociedade, seu reconhecimento enquanto integrantes de determinados grupos e classes, bem como a constituição de suas identidades, relacionam-se diretamente com as estruturas que regem a sociabilidade capitalista. O que temos observado neste trabalho, é a efetividade do uso dos discursos ideológicos para legitimar a dominação. Tais discursos criam e definem os espaços e corpos que vão exercer os seus direitos à liberdade e igualdade, e os que vão ser deixados à margem, já que fogem às suas leis e normas.

E quando a ideologia não for suficiente, a violência física fornecerá o remendo para uma sociedade estruturalmente marcada por contradições, conflitos e antagonismos insuperáveis, mas que devem ser metabolizados pelas instituições [...] a fim de naturalizar a desigualdade. O conflito social de classe não é o único conflito existente na sociedade capitalista. Há outros conflitos que, embora não se articulem com as relações de classe, não se originam delas e tampouco desapareceriam com ela: são conflitos raciais, sexuais, religiosos, culturais e regionais que podem remontar a períodos anteriores ao capitalismo, mas que nele tomam uma forma especificamente capitalista (ALMEIDA, 2019, p. 74-75).

Almeida (2019) aponta que os liames da sociedade capitalista são mantidos por uma combinação de violência e consenso, cujas doses dependem do estágio em que se encontram os conflitos e crises. À medida que esses conflitos interseccionam, vão gerando ainda mais situações conflituosas, e o Estado vai respondendo de forma mais violenta. Por isso, esse trabalho busca chamar atenção

às condições de violência em que a população trans foi largada por esse Estado burguês e por essa sociedade capitalista.

Quando colocamos as identidades trans em perspectiva, percebemos que grande parte das tratativas do Estado em relação a essa comunidade se restringe à questão de saúde. Devemos tirar totalmente as pessoas trans do lugar social de pessoas doentes, a despatologização é uma questão política e de direito. Em muitos países, a cirurgia de redesignação sexual ainda é critério para reconhecimento legal e social da identidade de gênero, o que acaba impondo o modelo biomédico que as patologiza. Como aponta Guilherme Almeida (2018), para que a despatologização ocorra em benefício das pessoas trans, no Brasil, é necessário impulsionar discussões cuidadosas sobre os dispositivos que poderão ser construídos para assegurá-la.

Para uma despatologização com assistência, é preciso construir algum dispositivo técnico-administrativo que, no plano programático da política de saúde, permita que as pessoas trans possam receber assistência do SUS durante o processo transexualizador (ALMEIDA, 2018, p. 167).

Processo Transexualizador é o termo utilizado para se referir ao atendimento integral de saúde da pessoa trans, mas que, de forma médica e jurídica, tem sido utilizado para abarcar todo processo de transição. Ao contrário do que essas ciências acreditam, a transição começa quando a pessoa se entende como trans, e não com a hormonioterapia, cirurgias e a reivindicação do nome social. Ao longo desse processo, são diversas questões e conflitos que perpassam, em diferentes áreas da vida.

Ao observarmos os dados em relação à população trans brasileira, podemos entender porque essa é uma luta que abarca muito além de questões médicas e burocráticas, mas também as constantes violências a que essas pessoas são submetidas para serem reconhecidas perante o Estado e a sociedade. Não é somente as identidades e corpos que são negados, mas, como aponta Almeida (2018), prolonga-se e promove-se a ausência de cidadania em seus termos mais elementares (direitos civis, direito de propriedade, direito ao trabalho).

O que vamos discutir no próximo capítulo, é como o Serviço Social pode incorporar nas lutas da comunidade trans. Como profissionais que trabalham na garantia e defesa de direitos, precisamos nos atentar a uma população que sofre cotidianamente com diversas violações e violências. Convidamos os profissionais da

Assistência Social a refletirem sobre as possibilidades de intervenções humanizadas e qualificadas, e a respeitar a diversidade e luta dessa múltipla comunidade.

3. A IMPORTÂNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NA LUTA TRANS

Toda pessoa trans quando vai passar por algum atendimento, ainda mais sendo a primeira vez, sofre com o anseio de saber se vai ser respeitado ou não. Infelizmente, não é nada raro que o desrespeito e a transfobia prevaleçam. Agora, imagine que você vai em busca de um profissional para que possa viabilizar seus direitos e o meio para exercê-los, e o próprio profissional reforça essa violação.

O Serviço Social foi a primeira categoria profissional no Brasil a garantir a utilização do nome social no exercício profissional e assegurar o nome social no documento de identidade profissional. Os Conselhos Regionais e Federal de Serviço Social, Conjunto CFESS-CRESS, vem promovendo importantes debates para dar visibilidade a esta temática na categoria, como o seminário de Serviço Social e Diversidade Trans, o caderno Assistente Social no Combate ao Preconceito - Transfobia e a campanha “Nem rótulos, nem preconceito. Quero respeito” (2018).

A campanha tem como objetivo promover o reconhecimento de pessoas travestis e transexuais, repudiar os modelos de avaliação que tratam como doença a diversidade de gênero, e as tornam normativas na orientação do trabalho profissional de assistentes sociais. As resoluções CFESS nº 615/2011 e CFESS nº 845/2018 buscam assegurar o respeito a identidade de gênero e a diversidade de expressão como práticas cotidianas. O caderno é um importante instrumento educativo na orientação para o atendimento humanizado de pessoas trans e travestis. O que vai de acordo com o que a Assistente Social Marilda Iamamoto aponta ser atribuição profissional dos Assistentes Sociais, em sua obra “As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo”:

A categoria profissional desenvolve uma ação de cunho sócio-educativo na prestação de serviços sociais, viabilizando o acesso aos direitos e aos meios de exercê-los, contribuindo para que necessidades e interesses dos sujeitos de direitos adquiram visibilidade na cena pública e possam, de fato, ser reconhecidos (IAMAMOTO, 2006 p.6).

Historicamente, travestis e transexuais têm seus direitos básicos violados na sociedade brasileira. O Serviço Social como uma profissão que busca atender as demandas históricas da classe trabalhadora (VASCONCELOS, 2015) deve se somar às lutas trans em busca do reconhecimento de suas identidades e seus direitos, entendendo as vulnerabilidades que essa comunidade possui.

É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade (IAMAMOTO,2006, p.17).

O Projeto Ético-Político (PEP) da profissão é um importante aliado na luta em busca da superação de um sistema estruturado em desigualdades e construção de uma sociedade realmente justa e igualitária. Como aponta Iamamoto, a efetivação do PEP é certamente um desafio, mas não impossível: “o que se apresenta como obstáculo é apenas a casca do impossível, que encobre as possibilidades dos homens construir sua própria história “ (IAMAMOTO,2006, p.35).

O que temos proposto neste trabalho é exatamente a possibilidade das pessoas trans construir suas próprias histórias, sem serem carregadas por estigmas médicos e sociais, mas celebrando a diversidade. O que buscaremos agora é propor aos Assistentes Sociais que façam parte dessa construção: a luta por uma sociedade diversa e sem preconceitos.

3.1 Movimentos Sociais e Serviço Social

A sociedade capitalista é caracterizada pelo antagonismo entre quem tudo produz e quem se apropria, a classe trabalhadora e a classe burguesa. Montaño e Duriguetto apontam que o modo de produção capitalista é regido pela lei geral da acumulação (Marx, 1980), que gera a base histórica para as lutas de classe, visto que é fruto do conflito de duas classes fundamentais e antagônicas. No entanto, os autores observam que existem também os conflitos no interior das classes, já que as formações econômicas e sociais são múltiplas, e o nível das relações diretas entre pessoas são variados.

Numa complexa e heterogênea gama de classes, subclasses e setores sociais, as particularidades nas formas de inserção e relações de produção geram

confrontos ainda mais complexos que a polarização capital e trabalho. Eles defendem que uma análise mais concreta das classes e da consciência, nos mostram uma realidade bem diversa, heterogênea e complexa. Por isso, observamos múltiplas formas de manifestação de lutas, sobre variados temas.

Como nas análises das classes e das consciências, no entanto, também no estudo das lutas de classes e sociais a verificação de uma dinâmica social, de uma cotidianidade, heterogênea e diversificada, não nega – muito pelo contrário, pressupõe – os fundamentos estruturais do MPC: a polarização das classes fundamentais e a contradição ineliminável de seus interesses, a partir da exploração de uma classe pela por outra (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 117).

Os autores resgatam Netto para demonstrar que o fundamento estrutural, a exploração de uma classe por outra, é sustentada pelo fato de o produtor estar separado, alienado, dos meios de produção, que constitui o que chamamos de “questão social”. A diversidade de suas manifestações e sequelas, que se apresentam como se fossem fenômenos independentes, está sempre amarrada à contradição capital e trabalho. “Assim, as lutas sociais estão presentes diretamente nas contradições estruturais (capital-trabalho) e nas suas manifestações (refrações da “questão social”), configurando formas e espaços das lutas de classe. (Montanõ; Duriguetto, 2012, p.117). Os autores sustentam que as lutas sociais são expressões da luta de classes.

No artigo “Serviço social e movimentos sociais: história e reflexões sobre o amadurecimento teórico-metodológico” (2019) as autoras apontam como a recusa de ações apenas burocratizantes, da tecnificação do trabalho, resultou no processo de renovação do Serviço Social Brasileiro. Este processo ocorreu por meio do compromisso com a classe trabalhadora, a partir do desenvolvimento de um vínculo orgânico na prática profissional. Dessa forma, a categoria se compromete com métodos de trabalho social de perspectivas mais críticas, entendendo as particularidades da realidade social, e atuando por meio da educação popular e mobilização social junto à classe trabalhadora.

Em seu livro “Ditadura e Serviço Social” (1996), José Paulo Netto retrata como, o que ele intitula de erosão do Serviço Social tradicional, ocorreu no Brasil. O processo de industrialização pesada promovido em território brasileiro complexificou as demandas de intervenção sobre a “questão social”. O método em que as abordagens comunitárias foram feitas até então, pelo Desenvolvimento de

Comunidade, já se mostrava ultrapassada, e a complexificação da “questão social” exigia dos profissionais um maior entendimento das problemáticas macrossociais, como também sua inserção em equipes multiprofissionais.

No período de 1960 a 1964, tal erosão ganha mais força, frente ao aprofundamento e problematização do processo democrático na sociedade e no Estado. Conforme as autoras argumentam, essa repercussão para a profissão ocorreu com os seguintes componentes:

a) o amadurecimento de setores da categoria profissional, na relação com equipes multiprofissionais; movimentos sociais, grupos politicamente organizados e outras instâncias do Estado; b) desvinculação de segmentos da Igreja Católica e seu conservadorismo tradicional com a aderência de católicos progressistas de esquerda, muitos deles com vinculação ao movimento da Teologia da Libertação, com ativa militância cívica e política. Esse setor da Igreja influenciou fortemente o movimento de renovação do Serviço Social; c) a expansão do movimento estudantil, particularmente nas escolas de Serviço Social; d) a adoção de um referencial próprio de parte significativa das ciências sociais, principalmente por dimensões críticas e nacional-populares (PEREIRA; OLIVEIRA, 2019, p. 144).

Podemos observar que esse amadurecimento da profissão acontece em decorrência da organização da classe trabalhadora em diversos movimentos sociais, de diversos espaços diferentes. A ruptura com o Serviço Social tradicional, que ocorreu pela América Latina, está inscrita no processo de rompimento com as amarras imperialistas, na luta pela libertação e pelas transformações da estrutura capitalista exploradora.

Pereira e Oliveira apontam que a prática profissional, nessa época, era fundamentada em políticas assistenciais, nas quais o assistente social era apenas administrador dos serviços sociais. Elas resgatam Lehfeld para demonstrar como a prática profissional, nesse momento de questionamento de suas bases, projeta uma estratégia de luta profissional, na busca por maior participação na formulação das políticas sociais, apud Lehfeld (1983, p 26) é “resistindo à instrumentação burocrática de que é objeto, e preparar-se para atuar junto e com a população, quando as transformações políticas, sociais e econômicas surgirem”. Para elas, o que leva um movimento interno da categoria profissional à ação conjunta com os movimentos populares é o processo de reorganização dos movimentos sociais que fazem parte da categoria, passando a reivindicar seus interesses.

O dilema dos assistentes sociais baseia-se no papel social da profissão, assimilada como parte do Estado. Os profissionais que acreditam na prática

profissional sob a ótica transformadora, agora partindo de uma perspectiva dialética, passam a privilegiar os movimentos populares. Houve grupos que defenderam que o Serviço Social deveria optar exclusivamente pelo trabalho com as organizações populares, já que assim poderiam conhecer a realidade concreta da população. Acreditavam que apenas dessa forma libertariam o Serviço Social da dependência institucional, do Estado e da classe dominante (AMMANN, 2013, p. 220).

Para as autoras, o processo de reconhecimento da natureza político-ideológica da prática profissional foi o que oportunizou a construção de um projeto profissional pautado pelos compromissos da/e com a classe trabalhadora.

Nas instituições, o assistente social conquista seu espaço e ganha respeito a partir do seu compromisso com a população para transformação do cotidiano, assim como atua na correlação de forças para influir na cultura institucional. (PEREIRA; OLIVEIRA, 2019, p. 154),

No artigo “O projeto ético-político do Serviço Social” dos professores e assistentes sociais Joaquin Barata e Marcelo Braz é analisado que todo projeto, e logo toda prática, numa sociedade classista, tem uma dimensão política, já que estão envolvidos nas contradições econômicas e políticas arquitetadas pela dinâmica de classes sociais antagônicas. Por isso, o projeto profissional – e, portanto, a prática profissional – é também um projeto político-profissional. Eles citam Lamamoto (1992) ao tratar da prática profissional como uma dimensão política, definida pela inserção sócio técnica do Serviço Social entre os distintos e contraditórios interesses de classes.

Os projetos societários estão presentes na dinâmica de todo projeto coletivo, incluindo o Projeto Ético-Político do Serviço Social. Nosso PEP está vinculado a um projeto de transformação da sociedade. Barata e Braz demonstram que essa vinculação se dá pela própria exigência que a dimensão política da intervenção profissional nos coloca. Ao atuarmos no movimento contraditório das classes, necessariamente direcionamos nossas ações profissionais a um ou outro projeto societário. As demandas apresentadas aos Assistentes Sociais:

Manifestam em sua empiria, às vezes, revestidas de um caráter mistificador, nem sempre revelando seus reais determinantes e as questões sociais que portam, daí que essas demandas devem ser processadas teoricamente (BARATA; BRAZ, p.6).

O projeto ético-político é bem claro em relação aos seus compromissos. Como é apontado por José Paulo Netto em "A construção do projeto ético-político contemporâneo" (1999), o PEP:

Tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero (NETTO, 1999, p. 104-5).

Para o autor, o projeto se articula conforme os seguintes elementos constitutivos: uma imagem ideal da profissão, valores que a legitimam, sua função social, seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas, etc. (idem, p.98)

Barata e Braz chamam atenção para o fato de que a chegada para nós do movimento de Reconceituação da profissão vindo de diversos países latino americanos, somados ao processo de redemocratização da sociedade brasileira, formaram o chão histórico para renovação do Serviço Social. Essa renovação foi marcada pelo processo de ruptura política com o tradicionalismo que imperava nas práticas profissionais, e vem sendo construída desde o final da década de 1970.

Mais precisamente, ao destituir a mesa de abertura composta por nomes oficiais da ditadura e colocar nomes do movimento dos trabalhadores no III CBAS, no ano de 1979, em São Paulo, se mostra a gênese do projeto ético político, no congresso marcado como "O Congresso da virada". Os autores apontam que esse projeto avançou durante os anos 1980 e consolidou-se nos anos 1990, mas ainda está em construção, pois são fortemente tensionados pelos rumos neoliberais da sociedade e pela relação conservadora presente no seio da profissão.

A grande crise estrutural da década de 1970 teve como resposta a grande ofensiva do capital, que promoveu a precarização da vida através de suas políticas neoliberalistas. A resposta a essa crise foi muito mais forte nos países periféricos do capitalismo, que também foram os que mais sofreram com suas consequências. Assim, a busca pela restauração do capital foi direcionada para todos os setores que passaram a inibir a acumulação do capital. O que ocorreu tanto no campo econômico-produtivo quanto no universo financeiro da burguesia, gerando alterações político-culturais.

Barata e Braz demonstram que a partir das reordenações nas formas e nos meios de produzir a riqueza, trazendo mudanças tecnológicas e inovações técnicas que alteraram a produção do capital, modificaram-se os padrões de acumulação vigentes, intensificando a centralização do capital, o que ampliou o poder das oligarquias financeiras, o que conseqüentemente significou no enfraquecimento do poder de luta da classe trabalhadora.

Esse quadro demandou alterações político-institucionais nos Estados nacionais, que foram progressivamente capturados pelas forças do capital internacional, hegemônico pela capital financeira. Conseqüentemente, houve a piora da qualidade de vida dos trabalhadores, a precarização do trabalho, o rebaixamento salarial e o desemprego estrutural. Para o Serviço Social, e a sociedade brasileira, esses desdobramentos não foram nada animadores. Segundo os autores, as alterações capitalistas só chegaram mais fortemente aqui nos anos 1990.

Temos que observar, que essas respostas não foram só a grande crise estrutural, mas também aos diversos movimentos sociais e de contracultura que emergiram em todo mundo. No contexto brasileiro, foi justamente na virada da década de 1980 para de 1990 que os movimentos sociais das classes trabalhadoras conseguiram se organizar e mobilizar de forma mais ampla, envolvendo diversos segmentos da sociedade, inclusive assistentes sociais. Foi também nesse período dos anos de 1990 que o Movimento Trans se fortaleceu no Brasil e consolidou o primeiro movimento organizado de Travestis e Transsexuais.

3.2 Movimento Trans no contexto brasileiro

O primeiro ato nacional organizado pela população trans foi no dia 29 de janeiro de 2004, data que marca o Dia da Visibilidade Trans. Esta data teve início com o lançamento da campanha “Travesti e respeito” reivindicando junto ao congresso direitos e respeito para toda a comunidade.

Apesar da população trans ser parte da comunidade LGBTQIA +, ela se distingue do movimento por suas reivindicações específicas. A própria luta pela despatologização nos mostra como existe a desigualdade dentro das demandas gerais. Na 10ª Classificação Internacional de Doenças (CID), do ano de 1990,

quando a transexualidade passou a ser considerada como transtorno mental, a homossexualidade foi retirada pela OMS da lista internacional de doenças mentais.

No artigo “Transexualidade e Movimento Transgênero na perspectiva da diáspora queer” (2010) as autoras demonstram que foi no final do século XX, que o Movimento Trans surge como um crescente desdobramento do Movimento LGBT, mobilizando recursos para gerar mudanças políticas e jurídicas na sociedade em diferentes partes do mundo.

O Movimento Social LGBTTTT tem contribuído na reflexão sobre as vivências da sexualidade nos âmbitos privado e público, tanto como prática individual, como prática social e política, questionando e desconstruindo binarismos rígidos presentes nas categorias de gênero tradicionais: homem/mulher, masculino/feminino, heterossexual/homossexual (Bourcier e Moliner, 2008; Newton, 2008; Steinberg, 2006; Butler, 2006; Rebreyend, 2005; Preciado, 2004; Pellegrin e Bard, 1999) e, entre suas ações, denunciam a violência e a violação dos direitos humanos desses grupos sociais, reivindicando a igualdade de direitos, tanto na cena mundial como no Brasil (Lionço, 2008). (ÁVILA; GROSSI, 2010, p. 2)

As autoras resgatam Bárbara Garii (2007) para demonstrar que o Movimento Trans tem como ponto inicial dois eventos no final dos anos 1960, nos Estados Unidos, e a publicação de dois livros 20 anos depois. Os dois eventos tiveram como marca a repressão policial.

O primeiro ocorreu em 1966, no bairro de Tenderloin, em São Francisco, quando a polícia foi chamada para retirar clientes da Cafeteria Compton. Era um bairro característico onde moravam as pessoas trans que já sofriam com a discriminação legal, muitas vezes sendo criminalizadas. Durante a ação, a resposta da comunidade à violência policial foi imediata, o que resultou em diversas prisões. Um ano após o ocorrido, um grupo de pessoas transfemininas fundou o grupo local COG ConversionOurGoalorChange: OurGoal (COG), lançando base para outras organizações semelhantes.

O segundo e mais famoso evento foi o de Stonewall, em 1969, durante uma invasão policial do Stonewall Inn, um bar no bairro de Greenwich Village em Nova York. Uma multidão de pessoas LGBT, com enfoque na população trans, enfrentou a violência policial. Esse episódio hoje é conhecido como Revolta de Stonewall e é formalmente conhecido como início do movimento LGBTQIA+. Assim como o outro episódio, o enfrentamento contribuiu para formação dos grupos Street TransvestitesAction Revolucionários (STAR) e o Queens Liberation Front.

Embora ambas ações tenham o protagonismo da população trans, hoje são identificadas como pertencentes à comunidade gay, porém, atualmente, o próprio movimento gay reconhece a comunidade trans como verdadeiros protagonistas da revolta (GARII, 2007 apud ÁVILA; GROSSI, 2010, p. 6-7). Convém para nós ressaltar os nomes de duas pioneiras mundiais do movimento LGBT, e principalmente do Movimento Trans, Marsha P. Johson e Sylvia Rivera.⁶

Os dois livros citados pela autora (Garii, 2007) são o “Sex Changes: The Politics of Transgenderism” (1987) de Pat Califia, um teórico transmasculino, e “Stone Butch Blues” (1993) da ativista Leslie Feinberg. O primeiro iniciou a discussão pública sobre questões relacionadas a o gênero, identidade e atribuições de gênero. Já o segundo confrontou as limitações das identidades de gênero dentro dos limites da realidade política e sexual, entre os anos de 1960 e 1990, trazendo à tona a repressão policial e outras violências contra a comunidade.

Esses livros retratam a opressão e a marginalização enfrentadas por membros da comunidade transexual e abriram um diálogo dentro da comunidade de lésbicas, gays e bissexuais (LGB) que permitiu a abordagem de questões de atribuição de gênero, identidade de gênero, sexualidade, discriminação e desconfiança, forçando o reconhecimento da comunidade transgênero como pertencente à comunidade LGB unicamente pela força da sua alteridade "sexual." Assim, a comunidade LGB, também marginalizada, reconheceu a marginalização e as diferentes necessidades da comunidade transgênero, passando a incluir na sigla a letra T. (GARII, 2007 apud ÁVILA; GROSSI, 2010, p.7)

Então, são esses momentos de rebeldia e afronta às normas societárias que permitiram a comunidade se organizar contra as opressões sofridas. O movimento trans surgiu no final dos anos 1970 exigindo reconhecimento social e apoio, direitos legais, políticos e recursos para a comunidade. Porém, foi na década de 1990 que ganhou força, e com a organização política vem se expandindo e diversificando. É importante ressaltar a relevância dos grupos e movimentos transnacionais, que fortalecem ações diretas em luta contra a transfobia e o controle social dos corpos trans pelo mundo. Avila e Grossi defendem a importância dessa rede de conexões transnacionais, pois, ao fazê-las, as definições de identidade são entendidas como resultado de uma série de mediações que cruzam diversos locais e histórias.

⁶ Recomendamos que assistam ao documentário “A Morte e a Vida de Marsha P. Johson” para se aprofundarem nas histórias e trajetórias dessas pioneiras, e reconhecerem como representam a realidade da comunidade trans.

A presidenta da ANTRA, Keila Simpson Sousa, relata no site da associação sobre o nascimento do movimento nacional de Travestis e Transexuais. Segundo ela, foi em 1992 na cidade do Rio de Janeiro, com a fundação da Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL) que o primeiro movimento organizado de travestis e pessoas trans foi fundado. Com a intenção de atuar mais ativamente no cenário nacional, reivindicar contra a crescente onda de violência no país, protestar pela falta de acesso à saúde e realizar um encontro que agregasse a população travesti e transexual pelo Brasil afora.

Assim, no ano de 1993 aconteceu, na cidade do Rio de Janeiro, o I Encontro Nacional de Travestis e Liberados que Atuam na Prevenção da Aids (ENTLAIDS). Keila aponta que como a maioria dos militantes atuavam em organizações mistas de gays e lésbicas, o intuito desse primeiro encontro era mapear e empoderar essas ativistas para atuar nas questões de segurança pública e saúde. Ela destaca que nesse período de enfrentamento à epidemia da AIDS, todas ações de saúde para comunidade eram somente nessa perspectiva, desenvolvidos pelos programas municipais e estaduais existentes, que não eram muitos. Esse primeiro encontro foi importante pois contou com a participação de representantes de vários estados, e conseguiu mobilizar algumas travestis que se tornaram importantes lideranças.

A segunda edição do ENTLAIDS ocorreu na cidade de Vitória - Espírito Santo, com a intenção de visibilizar e dar o caráter nacional que o encontro pedia. Então, foi traçado como objetivo principal do encontro, plantar a semente da organização do movimento na cidade em que fosse sediado, por isso ficou acordado que os encontros seriam anuais, sendo realizados um ano no Rio e no outro fora. O terceiro encontro aconteceu novamente na cidade do Rio de Janeiro, e teve o importante debate para a necessidade da criação de uma rede nacional que se mantivesse articulada, consolidando e encaminhando as demandas e questões da população trans brasileira⁷. Hoje, essa rede nacional é conhecida como ANTRA.

Após o protesto de 2004 que algumas mudanças começaram a ser vistas. Foi a partir dessas reivindicações que foi instituído o Dia Nacional da Visibilidade Trans e o Ministério da Saúde formalizou seu compromisso para a saúde da população LGBT, com a criação de um comitê técnico.

⁷ Essas informações têm como base o relato da presidenta da ANTRA, Keila Simpson Sousa, no site da associação sobre o nascimento do movimento nacional de Travestis e Transexuais.

Foi no mês de agosto do ano de 2008, através de duas portarias do Ministério da Saúde, nº 1.707 e nº 457, que foram definidas as diretrizes do Processo Transexualizador no âmbito do Sistema de Saúde (SUS) a ser implantado nas unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão. Assim, foi permitido a população trans o acesso a procedimentos de hormonização, cirurgias de modificação corporal e genital, e o acompanhamento multiprofissional. A portaria nº 1.707, de 18 de agosto de 2008, dispõe:

Art. 1º - Instituir, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Processo Transexualizador a ser empreendido em serviços de referência devidamente habilitados à atenção integral à saúde aos indivíduos que dele necessitem, observadas as condições estabelecidas na Resolução nº 1.652, de 6 de novembro de 2002, expedida pelo Conselho Federal de Medicina.

Art. 2º - Estabelecer que sejam organizadas e implantadas, de forma articulada entre o Ministério da Saúde, as Secretarias de Saúde dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, as ações para o Processo Transexualizador no âmbito do SUS, permitindo:

I - a integralidade da atenção, não restringindo nem centralizando a meta terapêutica no procedimento cirúrgico de transgenitalização e de demais intervenções somáticas aparentes ou inaparentes;

II - a humanização da atenção, promovendo um atendimento livre de discriminação, inclusive pela sensibilização dos trabalhadores e dos demais usuários do estabelecimento de saúde para o respeito às diferenças e à dignidade humana;

III - a fomentação, a coordenação e a execução de projetos estratégicos que visem ao estudo de eficácia, efetividade, custo/benefício e qualidade do processo transexualizador; e

IV - a capacitação, a manutenção e a educação permanente das equipes de saúde em todo o âmbito da atenção, enfocando a promoção da saúde, da primária à quaternária, e interessando os pólos de educação permanente em saúde.

Art. 3º - Determinar à Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde - SAS/MS que, isoladamente ou em conjunto com outras áreas e agências vinculadas ao Ministério da Saúde, adote as providências necessárias à plena estruturação e implantação do Processo Transexualizador no SUS, definindo os critérios mínimos para o funcionamento, o monitoramento e a avaliação dos serviços (BRASIL, 2008).

No ano seguinte, em 2009, foi inaugurado o primeiro ambulatório de saúde dedicado exclusivamente a travestis e transexuais no país, sendo inaugurado pela Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. Foi também neste ano, que a Portaria nº 1.820/GM/MS, de 13 de agosto de 2009, dispondo sobre os direitos e deveres dos usuários do SUS, assegura o uso do nome social em qualquer atendimento de saúde pública.

No ano de 2013, a portaria nº 2.803, de 19 de novembro, redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde. Com essa portaria, é possível ver o quanto as discussões em torno deste processo foram ampliadas.

Nesse ano, existiam 4 hospitais, todos ligados a Universidades públicas, habilitados a oferecer os serviços de Atenção Especializada no Processo Transexualizador.

No ano de 2021, em uma matéria do Conselho Nacional de Saúde, sobre as discussões do "Webinário Transcomunicação em Rede", Bianca Lopes, representante da Regional Goiás da ANTRA, apresenta a ideia de uma rede fomentada pelo Conselho Nacional de Saúde para fortalecer os ambulatorios trans, ela ressalta que "Apesar de termos 33 espaços com serviços [em saúde pública à população travesti e transexual] no Brasil, nós sabemos que ainda temos espaços que estão completamente descobertos [da Política LGBT]. Precisamos de implementação territorial". Bianca também aponta que a falta de um mapeamento sociodemográfico da população brasileira pautando as identidades de gênero dificulta o desenvolvimento de ações direcionadas aos territórios. Ainda nesse mesmo Webinário, autoridades e trabalhadores dos ambulatorios apontam sua sobrecarga, e a dificuldade de um acesso a atendimento de saúde sem sofrerem transfobia fora desses espaços específicos.

Para Ávila e Grossi, os discursos biomédicos sobre a transexualidade têm o poder de fazer com que as pessoas trans assumam esse modelo, tanto no plano físico quanto no plano mental, às submetendo a este aparato médico regulador.

[...] precisam de um tratamento sobre o qual não detém nenhum poder ou controle, tendo de se submeter às decisões dos profissionais de saúde, seja por não permitir aos sujeitos viverem sua identidade de gênero como bem lhes convir ou, ainda, por não ter o reconhecimento social, tornando-os vítimas de preconceitos e estigmas, ou reconhecimento legal da sua condição (AVILA; GROSSI, 2010, p. 5).

Observamos, que quando não há a necessidade da realização da cirurgia de redesignação, outras medidas são impostas, como a obrigação de um diagnóstico psiquiátrico e o acompanhamento durante a hormonização para que as pessoas trans e travestis tenham seu reconhecimento social. Então, as consequências dessa patologização da transexualidade reflete diretamente na vida da comunidade trans por forma impositiva.

No Brasil, foi no ano de 2016 que a Defensoria Pública da União solicitou ao Conselho Nacional de Justiça que pessoas trans sem cirurgia tivessem também o direito de retificar o nome e o gênero no registro de nascimento. Em 2018, o Supremo Tribunal Federal autorizou pessoas trans a retificar o nome e gênero direto no cartório, sem necessidade de autorização judicial. Pela decisão, a alteração nos

documentos passa a ser feita sem a exigência de mudanças físicas ou laudos médicos.

No entanto, tem cartórios que ainda exigem essa comprovação. Além de exigirem diversas certidões e documentos, é normal também que diferentes cartórios deem diferentes preços para a execução desse serviço ou até mesmo se neguem a fazê-lo. Não existe uma normativa específica para este procedimento, por isso cada proprietário o trata de acordo com seus preceitos. Recentemente, foi relatado sobre lugares que estão exigindo até a comprovação da cirurgia de redesignação, o que não é previsto por lei.

Vimos que é por meio do Estado que a classificação de pessoas e a divisão dos indivíduos em classes e grupos é realizada (ALMEIDA, 2019). Encontra-se novamente com a dificuldade da população trans ao acesso a seus direitos. Muitas vezes porque dependem de terceiros, e estes simplesmente se negam a executá-los por preconceito. Por isso, julgamos a importância do Serviço Social se aliar à luta trans, pois como referenciado na campanha do CFESS em comemoração ao Dia do Assistente Social do ano de 2022, somos profissionais de luta, profissionais que lutam em defesa dos direitos e das liberdades democráticas. Acreditamos que o caminho para essa aliança seja a partir da educação, considerando a relevância do papel do Assistente Social como educador social.

3.3 Movimento Trans e Serviço Social

A resolução CFESS n. 273, de 13 de março de 1993, institui o atual Código de Ética profissional do(a) Assistente Social. A categoria e as entidades do Serviço Social entenderam a necessidade da revisão do Código de Ética de 1986, sendo preservadas as conquistas políticas nele expressas. Foi considerado o acúmulo de reflexões, e também os avanços nos debates e produções sobre a questão ética, que foi vista a necessidade de ampliar os valores éticos da profissão. Fundamentados numa definição mais abrangente de compromisso com os usuários, com base na liberdade, democracia, cidadania, justiça e igualdade social.

Como apontam Maria Lucia Silva Barroco e Sylvia Helena Terra no livro “Código de Ética do Assistente Social Comentado” (2012) os princípios do Código perpassam toda sua normatividade, representando as bases do conjunto de

regramento estabelecido, sendo o fundamento da concepção do projeto ético-político adotado por ele.

Na introdução do próprio Código de Ética são feitas importantes considerações. É apontado que na história recente da sociedade brasileira, polarizada na luta dos setores democráticos contra a ditadura, e posteriormente pelas liberdades políticas, proporcionou uma rica experiência para todos os sujeitos sociais. Valores e práticas até então secundarizados como a defesa dos direitos civis, o respeito à diversidade, etc. passam a ser prioritários, ganhando espaço nas reivindicações da cidadania.

Nas categorias profissionais, a experiência resultou na reavaliação de seus compromissos ético-políticos e na qualidade de seus serviços. Foi nestas décadas que o Serviço Social brasileiro passou a experimentar um profundo processo de renovação.

Na intercorrência de mudanças ocorridas na sociedade brasileira com o próprio acúmulo profissional, o Serviço Social se desenvolveu teórica e praticamente, laicizou-se, diferenciou-se e, na entrada dos anos noventa, apresenta-se como profissão reconhecida academicamente e legitimada socialmente (BRASIL, 2012, p.20).

Essa consolidação profissional do Serviço Social materializou-se em conquistas teóricas e práticas, que se revelaram de formas diversas no universo profissional. O próprio Código de Ética de 1986 é uma materialização desses avanços. No entanto, o amadurecimento do projeto profissional e as mudanças societárias – destaque na Constituição Federal de 1988 – demandaram sua atualização. Durante a revisão do texto de 1986, foram reafirmados seus valores fundantes: a liberdade e a justiça social, articulando com a defesa da democracia, uma exigência devido à luta contra o autoritarismo.

A normatização do exercício profissional teve objetivo de permitir que esses valores sejam refletidos nos relacionamentos entre assistentes sociais, instituições e população, sendo os direitos e deveres profissionais preservados, e para que a qualidade dos serviços e a responsabilidade profissional sejam mantidas. São esses os onze princípios fundamentais contidos no atual Código de Ética do Assistente Social:

I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;

- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;
- IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as;
- X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (BRASIL, 1993).

Como a proposição deste trabalho é apontar a capacidade do Serviço Social como aliado ao Movimento Trans, podemos observar que o Código abarca, em todos seus princípios, reivindicações da luta trans: liberdade, autonomia, emancipação, garantia dos direitos civis, luta contra o preconceito, universalidade no acesso aos bens e serviços, garantia do pluralismo, etc. Isso somente destacando alguns pontos. Quando se coloca os dados da comunidade trans, em perspectiva, com um olhar atento, consegue-se observar múltiplas expressões da “questão social”.

De acordo com a Comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) a taxa de evasão escolar de pessoas trans e travestis chega a 82%. O projeto Além do Arco-Íris/AfroReggae aponta que 72% não possuem o ensino médio e 56% não possuem o ensino fundamental. Diretamente, podemos ver essas consequências em outras duas esferas: no último levantamento feito pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), em 2018, sobre os perfis socioeconômicos dos estudantes universitários foi revelado que a relação de pessoas trans inscritas nas Universidades públicas é de apenas 0,02%. E, como aponta Associação Nacional de Travestis e Transexuais

(ANTRA), a inserção de pessoas trans no mercado formal de trabalho é extremamente baixa, principalmente quando se faz o recorte de gênero, sendo essa composta por apenas 4%, na informalidade 6% e na prostituição 90%.

Além disso, o Brasil é o líder mundial em assassinatos da comunidade T, e segue invicto desde que esse ranking começou a ser formulado, no ano de 2008. Apesar de a transfobia ser considerada como crime desde 2019, a segurança pública segue ignorando essa grave questão. No Brasil, os dados são recolhidos e sistematizados nos Dossiês anuais da ANTRA. Em 2020, o dossiê chamou atenção para o fato de que o número de assassinatos de pessoas trans ter aumentado em todo o mundo. O dossiê demonstra que:

A violência transfóbica, o discurso de ódio e uma ideologia antitrans tem crescido e ganhado muita força nas redes sociais desde 2014, e fez-se mais presente em 2020 e em 2021, diante da crise política, econômica e humanitária em que nos encontramos (ANTRA, 2022, p. 9).

No ano de 2021, existiram pelo menos 140 assassinatos de pessoas trans, sendo 135 travestis e mulheres transexuais, e cinco casos de homens trans e pessoas trans masculinas. Os números se mantêm acima da média dos assassinatos, entre 2008 e 2021, e demonstram a ausência de ações de enfrentamento da violência contra pessoas LGBTQIA +, principalmente a comunidade T. Já que, uma pesquisa do Grupo Gay da Bahia demonstra que o número de assassinatos dos LGB – gays, lésbicas e bissexuais– diminuíram.

No atual cenário que vivemos, de fortalecimento do conservadorismo, violação dos direitos e criminalização da pobreza, a série de cadernos produzidos pelo conjunto CFESS-CRESS intitulada de “Assistentes Social no combate ao preconceito” busca contribuir para o fortalecimento da dimensão política da profissão. O quarto caderno da série trata sobre a transfobia. É apontado no material que o preconceito é expressão das relações conversadoras da sociabilidade burguesa e seu individualismo, o que remete à exploração cada vez mais pesada do trabalho pelo capital.

A banalização desses princípios representa um desvalor, que surge de diversas formas no cotidiano, e o desafio de combate deve provocar, na categoria profissional, processos de auto reflexão que levem a intervenções profissionais frisadas em ações emancipatórias. Nele é demonstrado que quando se busca conhecer com profundidade e de forma crítica as pessoas trans, observa-se que se

está diante de variações do comportamento social e não de doenças. Guilherme Almeida, já mencionado acima, é autor deste caderno.

O Assistente Social argumenta que as discriminações à população T se manifestam desde a infância, nas formas de violência, imposições ou negligência familiar, em um longo processo de exclusão escolar, bullying, e várias outras opressões e violências. Muitas vezes, essas ações, não recebem qualquer tipo de interferência – da escola, sociedade, Estado – na intenção de detê-las. Durante a adolescência e a entrada na fase adulta as discriminações se acentuam, já que é quando a pessoa começa a se expressar e se entender, do ponto de vista do gênero.

Para o autor, estes são períodos estratégicos para definição das condições de vida, e é comum que jovens e adolescentes trans acumulem diversos prejuízos sociais decorrentes de discriminações sofridas. O que acaba por comprometer a saúde mental e a sobrevivência material, em razão dessa exclusão, rejeição, auto rejeição, abuso de drogas, entre outros. Em uma relação de causa e efeito, isso é refletido nos dados da alta evasão escolar e baixa inclusão no mercado de trabalho. O que também vai refletir em sua vida adulta, sendo comum que pessoas trans enfrentem dificuldades para trabalhar com dignidade, construir famílias e obter espaços para moradia. Ou seja, necessitam ter acesso às políticas e programas sociais.

Ainda assim, as instituições sociais – públicas e privadas – impedem o acesso desta população a direitos, por meio de discriminações explícitas (como expulsão e violência física) ou "implícitas" (desrespeito, humilhações). Além de não coibi-las, as instituições sociais, pensadas para serem espaços de integração da sociedade através de suas regras e hábitos, na verdade, reforçam essas discriminações e violações.

O Estado brasileiro ao não reconhecer socialmente a população trans em suas legislações, dificulta o acesso ao direito à retificação documental de nome e sexo, e conseqüentemente, dificulta o acesso a cidadania. Já que, colocadas numa dupla condição, de se expressar em um – ou mais – gênero, enquanto seus documentos oficiais as colocam em outro, as deixam mais suscetíveis a ocorrência de situações de discriminação e opressão.

O assistente social demonstra um exemplo que parece banal a todos, mas que quando se é trans, ocupa um local de alta vulnerabilidade, a ida ao banheiro. O

acesso aos banheiros é concebido pelo sexo genital presumido, e por isso, são frequentes os conflitos decorrentes de seu uso. É comum então, que evitem a ida ao banheiro, principalmente em ambientes de trabalho e escolar, para não se submeterem a mais humilhações.

Ou seja, para população trans uma coisa que pode parecer tão simples, como ir ao banheiro, se torna um espaço de trauma, em razão das mais diversas violências. É de se questionar: quando o Estado, a ciência, a religião, a sociedade e a família são espaços de exclusão e vulnerabilidade, quais ambientes sobram para o acolhimento?

Os espaços de organização e luta coletiva da comunidade trans vem resistindo e se fortalecendo contra todas estas formas de exploração e opressão. Por isso, os assistentes sociais como parte das relações sociais que tornam possível a exploração e opressão de diversos grupos sociais, devem alinhar sua prática de forma a não os assistir de maneira neutra e indiferente. Travestis e transexuais sempre estiveram presentes no cotidiano da atuação, e são constantemente invisibilizados. A aliança entre o Serviço Social e o movimento trans, trata-se, então, de colocar em prática a luta por uma sociedade justa e igualitária, o projeto ético-político, o Código de Ética da profissão e seus princípios fundamentais, as resoluções CFESS nº 615/2011 e CFESS nº 845/2018.

Entendemos ser essencial o papel do Assistente Social como educador social nessa luta para o reconhecimento político da população trans, já que educar também é um ato político. Na obra “Serviço Social, Favelas e Educação Popular: diálogos necessários em tempos de crise do capital” (2020) as assistentes sociais Eblin Farage e Francine Helfreich apontam que em relação a processualidade histórica do Serviço Social, nas ações do trabalho profissional, a dimensão educativa esteve sempre presente, contribuindo no processo de formação da consciência.

É demonstrado a importância dos processos educativos contra-hegemônicos nos processos de formação de consciência e organização política da classe trabalhadora. A educação popular está presente em diversos territórios, mediados pelas organizações locais da classe trabalhadora:

Nestes locais, os sujeitos que lá vivem, resistem e se utilizam, processualmente, de formas de fazer educação que influem na sua existência social. Nesta processualidade, o território, é entendido como “[...] o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas” (SANTOS, 2007, p. 13); e é

determinado também pela construção histórica que os sujeitos efetivam singular e coletivamente, num movimento em que se educam, se realizam e constroem a sua história (EBLIN; FARAGE, 2020, p. 53).

As autoras trabalham com a concepção de Educação Popular em uma perspectiva que considera os seguintes aspectos, conforme sintetizados pela educadora popular e assistente social Maria Lidia da Silveira:

- 1– Como um investimento político que constrói um lugar voltado para o processo de conhecimento da realidade.
- 2– Como espaço que vai possibilitar o trânsito do senso comum ao bom senso. Lugar de apropriação individual e coletiva, no qual está presente uma dimensão ideológica fundamental: a de compreender a base de estruturação da vida social sob o capitalismo e da conformação possível de alternativas de organização da vida social, sob outras bases.
- 3– Como espaço das classes trabalhadoras a conformar outro NÓS, antagônico ao hegemônico, este último constituído sob a égide do individualismo, da ausência de solidariedade etc. Portanto, espaço no qual possam ser experimentados novos valores, novos pensares, numa dimensão de práxis na qual ativamente se busca a elaboração da realidade a partir de uma perspectiva humano–social.
- 4– Finalmente, um espaço no qual os sujeitos possam exercer o singular exercício de suas próprias sínteses, redefinindo e recriando referências de vida, sentidos novos à sua existência individual e coletiva (SILVEIRA, 2004, p. 122 *apud* EBLIN; FARAGE, 2020, p. 54).

Portanto, uma concepção que contribua para a mobilização e organização da classe trabalhadora, e a construção de uma consciência crítica, considerando a necessidade de superar essa ordem societária. Para Eblin e Farage (2020), o Serviço Social sempre participou organicamente das disputas e processos que permeiam a luta de classes, e, conseqüentemente, suas disputas político-ideológicas. Em seu encontro com os meios populares, a dimensão educativa da profissão se desenvolve como elemento determinante no fazer profissional que externaliza a concepção de mundo e sociedade defendidas nas requisições profissionais e, portanto, no trabalho dos assistentes sociais.

Em uma conjuntura de recrudescimento do conservadorismo, marcado por violências, por uma democracia frágil, por autoritarismo e muitos ataques aos direitos, se faz necessário reafirmar a direção social da profissão e os vínculos de classe que temos por desafio fortalecer. A atual quadra histórica nos impõe a necessária retomada, com maior fôlego, da educação popular como elemento de fortalecimento das resistências e de avanço da organização política (EBLIN; FARAGE, 2020, p. 55).

Para Mauro Iasi (2020), professor e assistente social, a educação popular é a transmissão de conhecimento que substituiria a manipulação e a desinformação intencional difundida pelas instituições burguesas. O atual projeto profissional tem

como marco a ruptura com o conservadorismo, e é nessa perspectiva, que consideramos a dimensão político-pedagógica da profissão, um caminho para potencializar a construção de uma sociedade diversa e sem preconceitos, permitindo que os sujeitos se construam através de suas próprias experiências, e não as que são impostas.

A assistente social Sabrina dos Santos Dias (2020) aponta que para o fomento de estratégias e articulações que materializam o projeto ético-político na atuação profissional a formação tem papel fundamental. Para ela, a formação profissional é um lócus privilegiado para fomentar a articulação do Serviço Social com os movimentos sociais.

A ampliação de experiências nestes espaços, assim como uma maior implicação com os debates sobre as lutas sociais propicia significa, além do fortalecimento do Projeto Ético-Político, a reafirmação do projeto de educação que o Serviço Social defende, que está necessariamente imbricado com as demandas coletivas dos trabalhadores, em desfavor a perspectiva elitista de universidade, que lamentavelmente ainda é majoritária no Brasil (EBLIN; FARAGE, 2020, p. 190).

Para entrar nessa discussão, devemos reconhecer que o sistema público de educação superior no Brasil é um dos mais fortes e bem estruturados da América Latina. Os movimentos sociais, sindicais, professores, alunos e identidades independentes são os principais responsáveis pela resistência da manutenção da universidade pública, gratuita e de qualidade no contexto atual. Deve-se reconhecer também que a atual estrutura pública existente se deu através da expansão universitária que ocorreu durante os governos de esquerda, de Lula e Dilma.

De 45 universidades e 148 campus no ano de 2002, ampliou para 65 universidades e mais de 320 campis no ano de 2015. As políticas de acesso e de assistência estudantil, dando enfoque ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), Decreto nº 7234, buscaram, principalmente, democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior. A fim de minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais, reduzir as altas taxas de evasão e contribuir para promoção da inclusão social por meio da educação.

O PNAES é um programa que repassa recursos do Estado para as instituições federais de ensino superior, que devem implementar ações de assistência estudantil. Devem ser desenvolvidas com o propósito de viabilizar a igualdade de oportunidades, melhorar o desempenho acadêmico e agir de forma

preventiva evitando a evasão escolar decorrente da falta de condições financeiras. Essas políticas foram responsáveis pela democratização e diversificação no acesso às universidades e institutos federais no país. A partir deles foi ampliado o acesso a universidade pública, gratuita e de qualidade, daqueles que antes ficavam à margem, como jovens pobres, negros, indígenas, quilombolas, LGBTQIA + e pessoas com deficiência.

O que tem se demonstrado um grande ganho para as Instituições Federais. Foi visto que os discursos criados e defendidos pela Academia por muito tempo serviram de base para exclusão e patologização da comunidade trans, assim como de diversos outros grupos sociais. No entanto, o que temos presenciado nesses últimos anos, em consequência a democratização do acesso ao ensino superior, é a crescente articulação desse espaço com os movimentos sociais. O que tem possibilitado às organizações da classe trabalhadora se fortalecerem através de uma nova forma de conhecimento, quebrando antigos estigmas e preconceitos científicos. Levando para outros rumos a criação e desenvolvimento de políticas sociais.

São notórias as conquistas para comunidade trans, que foram articuladas exatamente pela possibilidade desta população ter acesso ao ensino superior. Grande parte dos serviços oferecidos à comunidade hoje partiram e/ou tem apoio das Universidades Federais. Por permitirem a troca de conhecimentos, esses espaços têm fortalecido a luta e a oferta de serviços multiprofissionais na atenção especializada à população T. Um importante exemplo dessa articulação entre Universidade públicas, movimentos sociais e, conseqüentemente, a construção de políticas públicas é o da cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais.

O projeto de extensão Visitrans, desenvolvido pelo Núcleo de Pesquisas e Práticas em Psicologia Social, Políticas Públicas e Saúde da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), coordenado pela professora do curso de Psicologia Juliana Perucchi, disponibiliza atendimento a pessoas travestis e transexuais e também suas famílias desde 2014. O projeto tinha como objetivos: fomentar a rede de troca de experiências e vínculos, levantar as demandas e necessidades dessa população no âmbito municipal, e pensar em estratégias coletivas de ação, com protagonismo da própria comunidade em questão.

As reuniões com as pessoas travestis e transexuais ocorriam no Centro de Psicologia Aplicada (CPA) da UFJF às segundas-feiras, de forma quinzenal, sempre

às 19h, conduzidas pela Psicóloga do Visitrans, Brune Coelho. Como ela explica, em uma matéria do portal UFJF notícias “Visitrans disponibiliza atendimento a familiares de travestis e transexuais”, o projeto busca levantar as reais demandas e necessidades da população trans no âmbito municipal e pensar em estratégias de ação coletiva, com o protagonismo da própria população trans.

Brune aponta que a partir das demandas levantadas junto a população, articulou-se uma parceria com o setor público de saúde, através do Serviço de Atendimento Especializado (SAE). No SAE foram oferecidos atendimentos gratuitos com a psicóloga Gláucia David, a ginecologista Cláudia Bueno para o acompanhamento hormonal, e o nutricionista Flávio Holman. Foi criada a parceria também com o Núcleo de Prática Jurídica da UFJF, através do professor João Becon, para orientações jurídicas, como nos processos de retificação do registro civil. Outra importante articulação foi com o Centro de Referência em Direitos Humanos, onde a psicóloga Maria José oferta atendimento psicológico de forma gratuita.

Posterior a sua criação, em 2017, o projeto também passou a ofertar atendimento formal às famílias, principalmente às mães no suporte para lidar com a identidade de gênero e o processo de transição de seus filhos e filhas. Brune também conduzia essas reuniões, nas quais discutiam formas e estratégias para o respeito e apoio da família, e a luta pelo fim da transfobia na sociedade. A psicóloga reforça o quanto é fundamental o apoio da família para qualidade de vida.

Em outra matéria do portal UFJF notícias “Visibilidade trans: relatos de resistência e anseio por mudanças”, é apontado que embora as importantes conquistas da população trans da cidade, potencializadas pelo Visitrans, que através das suas ações fortaleceram o Movimento Trans e sua rede de apoio na cidade, ainda era necessário sua formalização através de políticas públicas. A psicóloga Brune (2017) ressalta:

Acredito que investir em recursos humanos especializados para as demandas das pessoas travestis e transexuais e implementar políticas públicas em saúde, que de fato contemplem essas especificidades e formalizem a rede invisível que já existe, contribui bastante para fortalecer esse acesso acolhedor, equitativo e universal à saúde transexual e travesti dentro das prerrogativas do Sistema Único de Saúde (SUS). Faz-se necessário também que a gestão e o executivo municipal entendam a demanda de forma mais ampliada e se articulem para viabilizar essa formalização. Seria um passo político e ético importante” (VISITRANS, 2017).

Um importante exemplo de como o Serviço Social pode agregar a esse movimento vem em 2019, quando o curso de Serviço Social criou um pólo para atendimento de demandas LGBTQI+. A partir do desenvolvimento desse projeto, ele foi ampliado, resultando na inauguração o Centro de Referência de Promoção da Cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgênero, transexuais, queers, não binários e intersexuais (Cer LGBTQI+). O centro surgiu da necessidade da construção de um espaço para acolhimento das demandas desses grupos sociais, com a intenção de reduzir a violência e garantir os direitos desta comunidade. O projeto é coordenado pelo professor e assistente social Marco José de Oliveira Duarte. O Cer é um espaço pedagógico que busca promover essas discussões dentro dos mais diversos espaços de formação, proporcionar atendimento psicossocial, orientações jurídicas, mutirões para viabilização do acesso aos direitos e acolhida de demandas por parte da comunidade.

Estes importantes espaços de acolhida e diálogo, proporcionaram à comunidade trans um grande fortalecimento, que podem ser expressas pelas várias conquistas nesses últimos 8 anos. Através do acúmulo de discussões, projetos, pesquisas e parcerias desenvolvidas por meio dessa rede de apoio, que no ano de 2021, Juiz de Fora se tornou a primeira cidade do interior do país a contar com as políticas do Processo Transsexualizador. Este processo é executado pelo Hospital Universitário (HU-UFJF) e oferece gratuitamente acompanhamento especializado ambulatorial e cirúrgico para a comunidade.

Como usuário dessas políticas, afirmo: devem ser entendidas como importantes conquistas, mas principalmente como a consolidação de anos de articulação entre o Movimento Trans e as esferas públicas municipais, estaduais e federais. A formalização da “rede invisível”, como aponta a psicóloga. Esse fortalecimento só foi possível pelo acesso de travestis e transexuais nesses espaços de conhecimento, reescrevendo discursos e práticas excludentes, para ações que, de fato, fomentem a inclusão social da comunidade.

Por fim, o que pessoas travestis e transexuais, ou qualquer pessoa que se rebele contra a regra binarista de gênero, esperam de seus atendimentos com assistente social não diverge do que deve ser oferecido para população usuária: a viabilização de seu acesso a direitos e serviços. Para além disso, é importante que em suas ações, os profissionais os apoiem na sua constituição como sujeitos

políticos, construindo conjuntamente respostas às discriminações e violações que experimentam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de desenvolvimento desta pesquisa demonstra que esse é apenas o início, a primeira parte, das investigações a que esse trabalho propõe. Ainda há muito o que se dizer. Os elementos aqui tratados, buscando entender o universo de questões e conflitos envolvendo as vivências trans, ainda requerem muitos posicionamentos, discussões, construções e desconstruções a serem ressaltadas, até mesmo protagonismos a serem dados.

No entanto, nos mostrou que escrever para a mesma Academia que mediante seus discursos e práticas categorizam e colocam as vidas de pessoas trans e travestis em espaços patológicos, nos permite dar um basta a essa “cientificidade” reprodutora de preconceitos e mantenedora da ordem social. É através desse espaço de conhecimento que podemos demonstrar, finalmente, os diversos lados da história.

Pudemos observar com Quijano e Galeano como nossas identidades, e a realidade latino-americana, ainda são constituídas pelas relações de dominação instituídas pelo colonialismo europeu. A imperatividade de seus discursos, suas formas de conhecimento, impuseram normas que limitaram uma diversidade de identidades, sendo caracterizadas, naturalizadas e divididas exclusivamente pelo ponto de vista do colonizador.

Foucault demonstra que o corpo é resultado de regimes de discursos, poderes produtivos e relações jurídicas, sendo o lócus sobre o qual as técnicas de poder recaem. A materialização de poder nos corpos tem os moldados detalhadamente, e construindo historicamente suas subjetividades.

Bento mostra que a transexualidade, e as demais vivências identitárias rebeldes à norma de gênero, são consequências inevitáveis dessas imposições limitantes construídas por estes regimes de discursos. Aponta a complexibilidade do processo de instauração social de uma identidade, e demonstra porque, para

manutenção de ordem, um conjunto de instituições é posto em ação toda vez que alguém se afirma como trans.

Comparato e Almeida demonstram como as instituições sociais se formam em torno das relações de poder, e como foi institucionalmente que a lógica da dominação se concretiza. No entanto, é apenas nas características específicas do desenvolvimento do capitalismo que a organização política da sociedade não será mais exercida diretamente pelos grandes proprietários, mas pelo Estado. Assim, a política assume uma forma de exterior, autônoma, centralizada, supostamente separada das relações sociais.

Com Montaño e Duriguetto, Marx, Engels e Lênin vimos que o Estado, através do poder coercitivo institucionalizado garante a organização das condições gerais do sistema capitalista a partir da dominação da classe burguesa, reproduzindo apenas seus interesses. Sendo então o Estado, o comitê executivo da burguesia.

O Serviço Social como categoria intrínseca à luta de classes, mais precisamente o Serviço Social brasileiro, através de seu processo de renovação, ocupa um lugar extremamente estratégico. Por isso, a necessidade de reafirmar o compromisso da categoria com as lutas da classe trabalhadora, se unindo a elas, e buscando o fim de toda e qualquer manifestação da “questão social”, entendendo como expressões da contradição capital e trabalho.

É neste espaço de produção de conhecimento como discente do curso de Serviço Social que nos reiteramos na luta contra todas essas formas de opressão e exploração – impostas através de nossos corpos, nossas identidades, nossas subjetividades. E, devemos, principalmente, demarcar a nossa posição contra o Estado burguês, o modo de produção capitalista, na busca por uma outra ordem societária pautada na emancipação humana.

São nesses importantes espaços que devemos construir cada vez mais novas ações, projetos, pesquisas, políticas, etc., pois é a partir de nossas produções científicas que temos a capacidade de desconstruir antigos e enraizados discursos, e, conseqüentemente, práticas. A partir desses espaços, podemos sim, não deixar que nada nos sujeite, nem nos defina, além de nós mesmos em busca da nossa constituição como pessoa política e agora, na prática, como assistente social.

Vemos em importantes exemplos como o da Universidade Federal de Juiz de Fora como, através das instituições públicas, a articulação com os movimentos

sociais acabam por constituir importantes redes de apoio, e quando potencializadas pelo poder público, se concretizam como importantes políticas públicas. São as instituições públicas de conhecimento, que têm permitido, a classe trabalhadora definir novas estratégias e frentes de luta contra a opressão.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2019.

AMMANN, S. B. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 12. ed. São Paulo. Editora Cortez, 2013.

ANDIFES - **Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior**. V Pesquisa do Perfil Socioeconômico Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES. Uberlândia - MG, Brasil. VR: 1200.300. 2018.

ARBEX, **Daniela**. **Holocausto Brasileiro**. – 1. ed. – São Paulo: Geração Editorial, 2013.

BARATA, J; BRAZ, M. **O projeto ético-político do Serviço Social**. ABEPSS.

BARROCO, MARIA LUCIA DA SILVA E TERRA, SYLVIA HELENA. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado**. São Paulo: Cortez/CFESS, 2012.

BENEVIDES, Bruna (Org). **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021** –, ANTRA, Brasília: Distrito Drag, 2022.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: Sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO. Berenice Alves de Melo. **O que é transexualidade**. São Paulo; Brasiliense, 2008.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

_____. Ministério da Saúde. **portaria nº 457**, de 19 de agosto de 2008. Disponível em:<https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2008/prt0457_19_08_2008.html>. Acesso:28 de Mai. de 2022.

_____. Ministério da Saúde. **portaria nº 2.803**, de 19 de novembro de 2013. Disponível em:<https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt1707_18_08_2008.html>. Acesso:28 de Mai. de 2022.

_____. **Programa Nacional de Assistência Estudantil** – PNAES, Decreto nº 7234. Disponível: <https://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/DECRETO-N%C2%BA-7234-Assist%C3%Aancia-Estudantil.pdf>. Acesso em: 28 de Mai. de 2022.

_____. Ministério da Saúde. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). **Portaria n. 2.803**, de 19 de novembro de 2013a. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html>. Acesso em: 28 de Mai. de 2022.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 2. ed. Trad.Renato Aguiar, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CRENSHAW, Kimberle. (2002). **Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero**. Estudos feministas (1). p. 17 de 19 de julho de 2010.

ESPECIALISTAS sugerem ao CNS criação de Câmara Técnica para unir Ambulatórios Trans no Brasil. **Conselho nacional de saúde**. Brasília, 25 de Outubro de 2021. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/2112-especialistas-sugerem-ao-cns-criacao-de-camara-tecnica-para-unir-ambulatorios-trans-no-brasil>>. Acesso em: 20 de mai. de 2022.

FARAGE E.; HELFREICH F.. **Serviço Social, favelas e educação popular: diálogos necessários em tempos de crise do capital**. Uberlândia: Navegando. Publicações, 2020.

FONSECA. Angela Couto Machado. Poder e corpo em foucault: qual corpo?. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC**. v. 35.1, jan./jun. 2015.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução Ligia M. Ponde

GRIMM, Raíssa Éris. **Heteronormatividade e transfobia: sobre a invisibilidade trans lésbica**. 2017. Disponível em <<https://sapaprofana.wordpress.com/2017/02/01/heteronormatividade-etranfobia-sobre-a-invisibilidade-trans-lesbica/>> Acesso em 21 de jun. de 2022.

IAMAMOTO, M. V. As dimensões ético-políticas e teórico- metodológicas no Serviço Social contemporâneo. In: **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**, 2016.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Xicamanicongo: a transgeneridade toma a palavra. **Revista docência e cybercultura**. v. 3 n.1 p. 251 Jan/Abr. 2019.

LEHFELD, N. A. S. A política habitacional brasileira – alternativas de reaquiocamento. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Ano IV, n. 11, p.5-29, abr. 1983.

LEITE Jr., Jorge. **Nossos corpos também mudam: A invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico**. São Paulo: Annablume, 2011.

MARTINS, C. B. Permanências estruturais e ausência de rupturas na política criminal e de segurança pública nos governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016). **Revista Direito e Práxis**. Rio de Janeiro, Vol. 12. N. 01, 2021, p. 548-579 .

MONTAÑO, Carlos. **Estado, classe e movimento social**. – 1. ed. – São Paulo; Cortez, 2010.

NETTO, J. P. **Ditadura e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, JOSÉ PAULO. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo I – Brasília: ABEPSS/CFESS, 1999.

NOGUEIRA, Leonardo; Hilário Erivan; PAZ, Thais Terezinha; MARRO, Katia (Orgs.). **Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil** – 1ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2018.

PEREIRA, Vinícius. História apagou o quanto os africanos escravizados enriqueceram o Brasil, diz Laurentino Gomes. **BBC News Brasil**, 27 de jun. 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57575496>>. Acesso em: 08 de jun. de 2022.

PRECIADO, Paul B. **Um apartamento em Urano**: crônicas da travessia / Paul B. Preciado; tradução Eliana Aguiar; prefácio Virginie Despentes. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

ROSA, C. M. M & RAICHELIS, R. **O serviço social e os movimentos sociais** – análise de uma prática. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, Ano VI, n. 19, p. 74-98, dez. 1985.

SANTOS, M. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Editora Edusp, 2007.

SARAIVA, M. S. **Estado, democracia, políticas públicas e direitos LGBT**. Rio de Janeiro: Metanoia, 2017.

SILVEIRA, M. L. S. Educação popular: novas traduções para um outro tempo histórico. In: **seminário de educação popular**, 2004, Rio de Janeiro. Anais CD Room. Rio de Janeiro: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/ UFRJ, 2004, p.119 –126.

SODRÉ, Lu. Transexualidade deixa de ser considerada doença, mas ainda é patologizada. **Brasil de Fato**, São Paulo, 03 de Junho de 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/06/03/transexualidade-deixa-de-ser-considerada-doenca-mas-ainda-e-patologizada>>. Acesso em: 08 de jun. de 2022.

SOUSA, Keyla. E assim nasceu o movimento nacional de Travestis e Transexuais. S/d. **Antra Brasil** Disponível em: <<https://antrabrasil.org/historia/>>. Acesso em: 04 de jun. de 2022.

VASCONCELOS, Ana Maria. **A/O Assistente Social na Luta de Classes**. 1. Ed. São Paulo: Cortez, 2015.

VISITRANS disponibiliza atendimento a familiares de travestis e transexuais. **UFJF notícias**, Juiz de Fora, 5 de julho de 2017. Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/noticias/2017/07/05/visitrans-disponibiliza-atendimento-a-familiares-de-travestis-e-transexuais/>>. Acesso em: 28 de jun. de 2022.